



SOLIDARIEDADE, SEGURANÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE

Negociações em todas as frentes

CONSELHO GERAL DA CNIS APROVA ACORDOS COM GOVERNO



AÇORES

Padre Lino Maia elogia
Cooperação insular e
dinamismo da URIPSSA



PAÇOS DE FERREIRA

Direção da CNIS reúne-se
com Uniões Distritais
da Região Norte



COLABOR

Abertas candidaturas
para Investigadores e
Assistentes de Investigação



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



A Política Melhor (IV)

Continuando na senda das reflexões anteriores, conheçamos, agora, o que pensa o Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, **sobre a importância da política e a relação que esta deve ter com a economia, e o avanço tecnológico**. A partir do pensamento de Francisco podemos ver como a economia social fomentada, nomeadamente pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), pode dar o seu contributo para que a política retome o seu devido lugar na promoção de um desenvolvimento, que seja mesmo integral, quer dizer, que atinja todas as dimensões existenciais do ser humano, e sustentável, na medida em que não se torna esse desenvolvimento tão vulnerável às crises da economia. Por outro lado, se a economia conseguir conciliar o seu crescimento com o desenvolvimento humano, torna-se mais humanista e menos “financeirista”, assim como os avanços da técnica têm de estar ao serviço das pessoas e não apenas de interesses economicistas. Recordo que fazer política é defender os interesses legítimos da “pólis”¹.

Neste sentido, cada pessoa é um agente político, por ação ou omissão, na medida em que também tem a responsabilidade de cooperar, ativa e criticamente, com os poderes políticos instituídos. É sobre esta forma de fazer política, relacionada com a arte de governar a dita “pólis” a que o Papa se refere, mencionando as suas fragilidades, mas sem deixar de colocar duas perguntas cruciais: *E, contudo, poderá o mundo funcionar sem política? Poderá encontrar um caminho eficaz para a fraternidade universal e a paz social sem uma boa política?* (176). Efetivamente, para o mundo funcionar precisamos de bons políticos. As IPSS têm uma missão incontornável para que haja “uma política boa” na medida em que transportam consigo os valores da solidariedade, da equidade social que geram fraternidade e paz. Que seria, assim, do nosso Portugal sem as IPSS?

Estamos a entrar numa nova crise económica e financeira decorrente de uma iníqua guerra instalada no leste da Europa que se segue a

uma outra, da qual ainda não estamos, totalmente, livres, e as IPSS vão ser, como sempre, convocadas a contribuir para a superação das consequências mais nefastas, como seja o empobrecimento das pessoas e das famílias. Sem a cooperação adequada do Estado Central e das Autarquias tudo será mais difícil. Todavia, as IPSS já deram provas de saberem reinventar-se ao gerarem novas formas de solidariedade. Já aconteceu – decerto voltará a acontecer – que enquanto na economia de mercado o emprego decresce, na economia social abrem-se novas possibilidades de trabalho remunerado e voluntário. Como agora é vulgar dizer-se: as IPSS não deixarão ficar ninguém para trás, que não farão aceção de pessoas e se forem confrontadas com o estabelecimento de prioridades, elas sabem que são os mais vulneráveis que terão a sua preferência. Desta forma, as IPSS contribuem para que os políticos possam articular-se melhor com a economia, pois seria demagógico pensar-se qualquer possibilidade de governança sem o apoio desta. Isso mesmo reconhece Francisco ao constatar que *«não se pode justificar uma economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspetos da crise atual»*. Pelo contrário, *«precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar, os vários aspetos da crise»*. *«Penso numa política salutar, capaz de reformar as instituições, coordená-las e dotá-las de bons procedimentos, que permitam superar pressões e inércias viciosas»*. *«Não se pode pedir isto à economia, nem aceitar que ela assuma o poder real do Estado.»* (177).

As IPSS não se podem deixar orientar por qualquer ideologia política ou proselitismo religioso, pois o seu objetivo central é a defesa do bem comum alicerçada no respeito pela dignidade da pessoa, particularmente, das que perderam o sentido da mesma ou a sentem espezinhada por diversas formas de opressão. Também os seus dirigentes jamais poderão perder de vista que estão a prestar um serviço,

integrado na sua responsabilidade de cidadania e não se podem considerar “proprietários” das instituições que governam, mesmo que delas tenham sido fundadores, servindo-se de mecanismos menos dignos para não permitirem a renovação dos quadros dirigentes. A apetência pelo poder é uma das fragilidades humanas, de que ninguém está imune, pelo que é importante ter o discernimento de saber quando é o tempo para passar a missão a outros de modo a garantir a sempre necessária renovação. É sempre o bem comum, presente e futuro, que deve guiar as opções dos dirigentes das IPSS. A este propósito, e a pensar nos políticos, o Papa adverte: *Perante tantas formas de política, mesquinhas e fixadas no interesse imediato, lembro que «a grandeza política mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo. (...) Pensar nos que hão-de vir não tem utilidade para fins eleitorais, mas é o que exige uma justiça autêntica, porque, como ensinaram os bispos de Portugal, a terra «é um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte»*. (178).

Por último, há que referir um princípio fundamental que legitima a cooperação das IPSS com a política governativa: **a subsidiariedade**. Há que considerar, ainda, que só num trabalho em rede se podem alcançar os objetivos mais complexos, ser mais eficaz e eficiente. Francisco valoriza muito esta metodologia, no que à política diz respeito, ao escrever: *E só uma política sã poderia conduzir o processo, envolvendo os mais diversos setores e os conhecimentos mais variados. Desta forma, uma economia integrada num projeto político, social, cultural e popular que visa o bem comum pode «abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implica refrear a criatividade humana no seu sonho de progresso, mas orientar esta energia para novos canais»*. (179)

Penso que todas estas orientações permitirão assegurar a identidade e autonomia das IPSS que não podem ser, por razão alguma, beliscadas.

¹ (latim polis, -is, do grego pólis, -eos, cidade), Cidade independente cujo governo era exercido por cidadãos livres, na Antiguidade grega. = CIDADE-ESTADO, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/p%C3%B3lis> [consultado em 04-08-2022].

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Novos passos na Cooperação

1. Com a assunção por parte do Estado das comparticipações familiares das crianças do 1º e 2º escalão, já cerca de 50.000 crianças tinham Creche gratuita. Entretanto, a Lei nº 2/2022, de 3 de janeiro, determina que, a partir do dia 1 de setembro de 2022, o Governo alargará progressivamente a gratuitidade de Creche e Creche familiar. A Portaria nº 198/2022 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social regulamenta as condições específicas da concretização da medida da gratuitidade das Creches e Creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das Amas do Instituto da Segurança Social.

Com a gratuitidade das Creches, visa-se não só uma política de melhoria das perspetivas demográficas do País mas também prosseguir uma verdadeira política de família, com apoio à natalidade e à conciliação da vida familiar e da vida profissional, da promoção do bem-estar numa sociedade mais consentânea com as aspirações e projetos das pessoas e da criação de condições para que os jovens decidam viver em Portugal e aqui ter respostas para a sua autonomização e para terem filhos.

Com a gratuitidade das Creches, pretende-se também implementar uma medida decisiva e prioritária no combate à pobreza infantil, promovendo uma plena integração e igualdade de acesso de oportunidades a todas as crianças independentemente do contexto socioeconómico em que vivem, tendo em vista romper ciclos de pobreza.

Neste contexto concretiza-se a consolidação da medida de reforço do acesso a serviços e equipamentos de apoio à infância garantindo, até 2024, a progressiva gratuitidade da frequência de Creche e de Creches familiares desenvolvidas em cooperação entre o Sector Social e Solidário e o Instituto da Segurança Social.

Até 2024 haverá três situações diferenciadas na Creche: crianças nascidas após 1 de setembro de 2021 terão Creche gratuita; crianças nascidas anteriormente, se forem do 1º ou 2º escalão, também terão Creche gratuita porque o Estado assumirá o pagamento das comparticipações familiares, e quanto às dos outros escalões serão as famílias a suportar as respetivas comparticipações.

Não havendo recuos, já em 2025 teremos Creche gratuita para todas as crianças!

Seja saudada como uma das principais medidas que, simultaneamente, promove a natalidade, favorece o combate à pobreza, nomeadamente a pobreza hereditária, e apoia a conciliação da vida familiar e profissional.



2. No dia 26 de julho foi assinada a Adenda 2022 ao Compromisso de Cooperação de 2021-2022.

Foram subscritores, por parte do Estado, os três ministérios sociais (Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Educação e Saúde). Por parte da Sociedade, foram subscritoras as quatro Organizações Representativas do Sector Social e Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias, Confederação Cooperativa Portuguesa e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade).

No que concerne ao Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, concretizam-se muito especialmente as atualizações anuais dos Acordos de Cooperação (típicos e atípicos) e um reforço extraordinário criado pelo Governo para apoiar as Instituições face ao contexto de aumento dos custos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia e da inflação.

Refira-se que, concretizando o compromisso assumido no Pacto de Cooperação para um reforço progressivo de forma a garantir um esforço equitativo no custo das respostas, relativamente às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI/Lares de Idosos), a atualização da comparticipação pública no presente ano é de 8,4%, enquanto nos Centros de Dia, no mesmo sentido, a atualização é de 11%.

Se os Ministérios da Educação e da Saúde também subscreveram a Adenda, aí, eles apenas se comprometem a prosseguir as negociações para as necessárias atualizações, nomeadamente do Pré-escolar e dos Cuidados Continuados Integrados. Mas não só.

Passos já estão a ser dados nesse sentido.

3. Ao acordar com as organizações representativas do Sector Social e Solidário não só o privilegiar este Sector para a implementação da medida da gratuitidade de Creche como também ao acordar os valores da comparticipação pública e os critérios de priorização na admissão, o Governo tomou uma decisão transparente, sustentável, de estabilidade e de previsibilidade.

Espera-se que fique consolidada e que, num futuro, não venha a ser mais uma turbulenta transferência...

Quanto às medidas consagradas na Adenda, sem dúvida que elas vêm no sentido certo.

Espera-se que este seja um primeiro passo de muitos outros que têm de ser dados e sem recuo no sentido de encarar a sustentabilidade das Instituições...

As Instituições Particulares de Solidariedade Social são, no seu conjunto, um fundamental pilar do Estado Social...

DIREÇÃO DA CNIS EM VISITA DE TRABALHO AO ARQUIPÉLAGO DAS NOVE ILHAS

Aprender o que de bom se faz nos Açores e dizer que não estão sozinhos

No âmbito dos contactos que tem feito com os órgãos sociais das estruturas intermédias da CNIS, o presidente e vice-presidente da Direção deslocaram-se aos Açores para encontros de trabalho com a União Regional, as IPSS locais e ainda com o Governo Regional. No final, o presidente da CNIS mostrou-se agradado com o dinamismo da URIPSSA e com a excelente relação de parceria entre esta e o Governo Regional, que o leva a afirmar: “A sustentabilidade da IPSS está mais acautelada nos Açores do que noutras partes do país”.

No encontro com a Direção da URIPSSA (União Regional das IPSS dos Açores), em que estiveram presentes o presidente João Canedo e ainda Paulo Almeida, Luís Leal e Fátima Homem, foram abordadas diversas temáticas, mas este serviu essencialmente para uma maior familiarização dos dirigentes nacionais com as particularidades do regime de cooperação do arquipélago das nove ilhas.

Na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, na sede da URIPSSA, João Canedo fez as honras da casa, recordou um pouco da história da União, que teve um arranque titubeante, mas que, nos últimos anos, se tem afirmado como um parceiro do Governo Regional no que à ação social diz respeito.

“Começamos antes do zero, mas agora as IPSS já reconhecem a importância da URIPSSA”, afirmou, lembrando que a União conta com 75 associadas, um número que tem crescido sustentadamente, mas que é considerado ainda pouco, quando se sabe que há 223... IPSS ou equiparadas no arquipélago, onde há “cerca de 100 Centros de Convívio que nem têm funcionários”.

“Tem havido um crescimento no número de associadas devido ao maior conhecimento que elas vão tendo do trabalho da URIPSSA”, revelou Fátima Homem.

“Esta é uma União parceira do Governo Regional e é uma estrutura capaz e competente, que está a ajudar a criar políticas sociais nos Açores. A União Regional está no terreno e está a fazer muito bem o papel de influenciar o Governo Regional na definição das políticas sociais”, começou por dizer Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, acrescentando: “E esta vinda aqui da CNIS é uma visita de cortesia, é também uma visita fraterna, porque a CNIS somos todos, e é uma visita de trabalho em que a CNIS vem aprender o que de bom se faz por cá e a URIPSSA o que se faz lá fora no continente”.

O dirigente nacional lembrou que “os Açores têm sido, nos últimos cinco, seis anos, um laboratório de políticas sociais inovadoras e criativas”, destacando a importância da visita: “Este conhecimento da realidade dos Açores é fundamental para a CNIS ter mais informação e assim melhor defender as instituições. Esta visita do padre Lino serve também para vos motivar a continuarem o bom trabalhar. Não estão sozinhos e essa é a mensagem”.



Já no encontro com as IPSS associadas, que decorreu em Angra do Heroísmo, o padre Lino Maia deixou uma palavra de entusiasmo e motivação, mostrando-se bastante satisfeito.

“Estou muito agradado com o dinamismo da União Regional e é muito importante a vossa participação nas iniciativas promovidas por ela, pois assim encontramos forças para fazer melhor e fazem crescer o número de associadas, que já está nas 75”, disse o líder da CNIS.

“E falo-vos neste número para vos fazer um desafio. O Governo Regional reconhece a importância da União Regional, e isto é muito importante, pelo respeito que o Governo Regional tem pela União como parceiro privilegiado na ação social, por isso, é importante convidar mais instituições para se tornarem associadas, porque o juntarmos ajuda a enfrentar e a vencer os desafios”.

Relevando “a articulação muito boa entre as instituições e o Governo Regional”, o presidente da CNIS sustentou junto das IPSS terceirenses que “aqui as coisas estão a funcionar bem em termos de cooperação”, acrescentando: “As instituições aqui não se confrontam com tantas dificuldades como no resto do país”.



Já o presidente da URIPSSA agradeceu “a confiança” da Direção da CNIS e lembrou: “O nosso papel é avaliar as necessidades e solicitar junto do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA). Não podemos ficar à espera que seja o ISSA a dizer-nos o que precisamos. Por isso, é importante que as instituições façam chegar à União as suas necessidades e preocupações. Quem manda nas IPSS são as IPSS, não é o Governo regional. Nós é que somos responsáveis pelas decisões que tomamos”.

A isto chama-se autonomia.



A fechar a reunião, o padre Lino Maia recorreu o estudo nacional que a CNIS promoveu, e que “ajudou a mostrar que o Governo tem que se chegar mais à frente”, e que “nos próximos a realizar haverá um capítulo concreto dedicado às duas Regiões Autónomas”.

O périplo açoriano prosseguiu em Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel, onde após um almoço de trabalho com o Conselho Fiscal da URIPSSA, que é presidido por José Rodrigues, foi, novamente, tempo ouvir as IPSS locais.

Aqui, para além de ouvir os anseios dos dirigentes das instituições, o presidente da CNIS voltou a reafirmar a importância da URIPSSA crescer em número de associadas, repetindo o desafio que fez às IPSS da Ilha Terceira.

COM O GOVERNO REGIONAL

Entre os diversos encontros que manteve na deslocação aos Açores, a comitiva da CNIS liderada pelo padre Lino Maia deslocou-se ao Palácio de Sant'Ana, residência oficial do presidente do



Governo Regional dos Açores, em Ponta Delgada, onde apresentou cumprimentos a José Manuel Bolieiro.

Após uma breve reunião, em declarações aos jornalistas, o presidente da CNIS defendeu que a “sustentabilidade” das IPSS “está mais acautelada” nos Açores do que no continente, elogiando a atuação do Governo Regional.

O padre Lino Maia enalteceu a “cooperação” entre as instituições sociais e o Governo dos Açores, pois “a sustentabilidade da IPSS está mais acautelada do que noutras partes do país”.

“Aqui, nos Açores, estão-se a dar passos para resolver esta situação, mas, de qualquer modo, nos Açores já se deram passos muito importantes”, sublinhou.

Lembrando que o Estado “não se pode eximir das responsabilidades” sociais, o presidente da CNIS elogiou as “experiências inovadoras dos Açores”, como o programa-piloto Novos Idosos [ver texto anexo] que deveriam ser “replicadas em outras partes do país”.

“Aprecio muito especialmente uma experiência inovadora em concreto que está a ser implementada, com bastantes adesões, de apoiar os novos idosos evitando ou contrariando a institucionalização”, reforçou o padre Lino Maia.

Por seu turno, José Manuel Bolieiro recordou que o Governo dos Açores aumentou o valor-padrão por idoso institucionalizado e disse ser necessário valorizar “um envelhecimento cada vez mais ativo”.

“É também característica deste Governo [Regional] inovar em matéria social e de solidariedade, com um compromisso leal e transparente na relação financeira pela via contratual com as IPSS”, defendeu.

Em Angra do Heroísmo, a comitiva da CNIS, que integrou ainda Filomena Bordalo, a assessora da Direção, reuniu com o vice-presidente do Governo Regional, Artur Lima, que detém a pasta da Solidariedade Social.

Artur Lima, no final, relevou a importância das IPSS na coesão social do arquipélago, destacou as dificuldades, mas deixou um forte elogio às instituições e à própria URIPSSA, “um parceiro muito importante” e que tem contribuído muito positivamente para a melhoria das políticas sociais”.

No final da visita aos Açores, a CNIS recolheu informação importante para poder replicar no resto do país e deixou um forte estímulo junto dos dirigentes das instituições e da União Regional para que continuem a desenvolver bem a sua missão.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PROJETO-PILOTO PRETENDE RETARDAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MAIS VELHOS

Programa «Novos Idosos» pretende ser uma nova forma de envelhecer em casa

O programa «Novos Idosos – envelhecer em casa, nos Açores» vai ser implementado sob a forma de projeto-piloto, numa primeira fase em 2022, nos concelhos de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel) e Praia da Vitória (Ilha Terceira), para onde estão já disponíveis 50 vagas para cada um dos concelhos.

Através deste acordo entre o Governo Regional e duas IPSS açorianas, o Lar Luís Soares de Sousa, na Ilha S. Miguel, e o Lar D. Pedro V, na Ilha Terceira, pretende-se assegurar uma resposta social de proximidade, diferenciada, que permita aos idosos continuarem a viver em sua casa e na sua comunidade, retardando-se, assim, a sua institucionalização.

Para tal, é elaborado um Plano Individual de Cuidados (PIC) para garantir os serviços e auxílios necessários à realização das atividades básicas e instrumentais da vida diária.

Em termos de ajudas, há um apoio mensal a cada «Novo Idoso», não reembolsável, até ao montante de 948 euros, para contratação

de Cuidador Domiciliário e concretização do Plano Individual de Cuidados.

Terá que ser constituída uma Equipa Técnica Local, que será a entidade facilitadora, com

papel de esclarecimento, apoio, interação, acompanhamento e avaliação do Programa e que é composta por quatro técnicos com formação em áreas como serviço social, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, enfermagem ou outra necessária, realizando as suas funções no âmbito das Instituições de Enquadramento.

Como principais objetivos, o programa «Novos Idosos» pretende contribuir para a permanência da pessoa idosa no seu meio natural de vida, por mais tempo, proporcionar-lhe a escolha do local onde

quer envelhecer, promover a diferenciação e a individualização de apoios e cuidados, contribuir para o envelhecimento com dignidade e segurança, na preservação do direito da pessoa idosa ao seu espaço e à sua integração na comunidade, garantir a participação da pessoa idosa nas decisões que lhe digam diretamente respeito, promover a inovação e a qualificação das respostas sociais direcionadas para os desafios do envelhecimento, preservando os

direitos da pessoa idosa, contribuir para uma efetiva cultura de direitos, extensiva a todas as etapas da vida da pessoa idosa, facilitar-lhe o acesso aos serviços da comunidade e

assegurar-lhe apoio psicossocial, psicológico e a estimulação cognitiva.

Os candidatos a integrarem este programa inovador são todas as pessoas com 65 ou mais anos, que beneficiem do Complemento por Dependência de grau I ou II, ou que se encontrem em situação análoga, que se enquadrem numa das seguintes situações: Vivam sozinhas ou coabitem com familiares, nas situações em que as respostas sociais e familiares existentes se revelem insuficientes para satisfazer as suas necessidades.

Apesar de poderem preencher aqueles dois requisitos, há, no entanto, situações que inviabilizam a entrada no programa, como seja: Idosos que não reúnam condições para decidir sobre a condução da sua própria vida, enquanto não for designado judicialmente o respetivo representante, nos termos do Regime Jurídico de Maior Acompanhado; idosos, quando se constatare, após avaliação, que os recursos a disponibilizar pelo Programa não permitam assegurar adequadamente as suas necessidades; ou idosos cujas necessidades são passíveis de serem satisfeitas através das respostas já existentes, de forma adequada e suficiente.



DIREÇÃO DA CNIS REÚNE COM UDIPSS DA REGIÃO NORTE

O Estado não nos faz nenhum favor, pois nós substituímos o Estado

Quando falta apenas reunir com as Federações associadas –Humanitas (Federação Portuguesa para a Deficiência Mental), FAPPC (Federação das Associações Portuguesa de Paralisia Cerebral) e Federação Solitude (Federação dos Centros Sociais e Paroquiais e Outras Entidades Canónicas de Ação Sócio-Caritativa, Formação, Ensino e Saúde) –, a Direção da CNIS encerrou o périplo junto das Uniãos Distritais e Regionais, num encontro, em Paços de Ferreira, com as UDIPSS da região Norte.

Presentes estiveram as Uniãos Distritais de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga e a anfitriã do Porto, numa manhã de trabalho que, tal como as anteriores, serviu para que a Direção da CNIS estabeleça um contacto mais próximo com os órgãos sociais das UDIPSS associadas.

“Estes encontros são importantes. Já estivemos em todo o país, ilhas incluídas, e estas reuniões servem para nos conhecermos melhor e para esclarecer algumas dúvidas e preocupações”, começou por dizer o padre Lino Maia na abertura do encontro, desta feita dirigido pelo Padre José Batista, membro da Direção da CNIS.

Em ambiente de finalização das negociações em torno da gratuidade da creche e também da Adenda 2022 ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário, uma parte significativa da reunião girou em torno desses temas [ver páginas 11, 12 e 13].

À parte dessas duas temáticas, outras questões, dúvidas e preocupações foram colocadas pelos membros dos órgãos sociais das Uniãos Distritais, relativas à área da deficiência, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), recursos humanos, tabelas salariais, visitas de acompanhamento/fiscalizações.

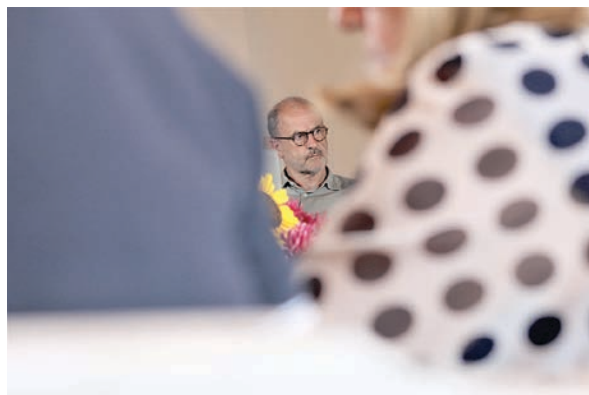
No entanto, todas, ou quase todas, estas matérias entroncam numa preocupação maior de todas as IPSS e que é a sustentabilidade financeira das mesmas.

“Estamos a fazer algo pelo Estado ou o Estado está a servir-se de nós?”, lançou a questão, o presidente da CNIS, já na parte final do encontro, respondendo logo de seguida: “Temos que exigir que o Estado assuma a proteção social como um direito universal. O Estado acha que apoia as instituições porque estas decidiram tomar em mãos a proteção social. Mas não, o Estado tem de garantir que esta se faça e que contratualizar com quem está no terreno, faz bem e chega a toda a gente”.

E notou que “ainda há muito quem no Estado pense que este está a fazer um favor às instituições”, mas a realidade é diametralmente oposta como os números demonstram.

Antes já o padre Paulo Pimparel, da UDIPSS Bragança, afirmara de forma perentória: “O Estado não nos faz nenhum favor, pois nós substituímos o Estado”.

Uma das maiores preocupações que assola as



instituições, e que perpassou por todos os encontros tidos até agora, é a questão dos recursos humanos, ou a falta deles, o esmagamento das tabelas salariais e ainda os baixos salários, apesar do crescimento exponencial do salário mínimo nos últimos anos, não atrai trabalhadores.

“Desde 2011, o Sector Social Solidário foi o que mais beneficiou os trabalhadores face ao público e ao privado, principalmente, por via do aumento do salário mínimo.

O padre Lino Maia lembrou que “as atualizações salariais são feitas a 1 de julho, porque temos os meios que temos e as atualizações dos acordos de cooperação vêm sempre entre julho e setembro. Se fosse a 1 de janeiro era muito complicado para as instituições”.

Já relativamente à mexida nas tabelas salariais, o líder da CNIS asseverou que “é necessário mais apoio do Estado” e aconselhou as instituições a ponderarem muito bem iniciativas próprias de aumento de vencimentos.

“Não aconselho, mas as instituições são livres

de pagar mais do que está na tabela”, afirmou o padre Lino Maia.

Sobre a transferência de competências para as autarquias, o presidente da CNIS esclareceu os órgãos sociais das UDIPSS do Norte a posição da Confederação: “Ainda bem que o RSI vai para as autarquias, coloca-se é o problema dos recursos humanos, que devem acompanhar os serviços. O que estamos a pedir é que as Câmaras Municipais celebrem acordos com as instituições que já desenvolvem as respostas sociais de SAAS e RSI, mas é necessário haver atualização dos acordos. Por outro lado, junto do Instituto da Segurança Social, para que este pague a transição, ou seja, pague o despedimento dos trabalhadores que as autarquias não acolherem”.

No final, os participantes sublinharam a importância de encontros daqueles, pois é uma excelente oportunidade para colocarem as principais preocupações que assolam as instituições dos seus distritos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL, VILA VIÇOSA

Instituição recorre de indeferimento de candidatura ao PRR para construir ERPI em Pardais

Após ter sido notificada da decisão final de indeferimento da candidatura por si apresentada ao PRR (no âmbito do Aviso destinado à «Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais») por parte do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social (ISS), a Unitate - Associação de Desenvolvimento da Economia Social decidiu recorrer.

“Analisados os fundamentos desta decisão, que assentam numa base de natureza estritamente jurídica, uma vez que o ISS, I.P. alega que a aprovação condicionada do processo de licenciamento na data de submissão da candidatura não é suficiente para assegurar o cumprimento da condição de elegibilidade prevista no Aviso, tendo em conta os esclarecimentos já prestados pela instituição em sede de audiência prévia e considerando o caráter estruturante e fundamental deste equipamento para o concelho de Vila Viçosa, irá agora a Unitate interpor recurso junto da senhora ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a quem caberá a decisão final sobre este processo”, pode ler-se na nota enviada às redações pela instituição.

A candidatura em causa apresentada ao PRR têm em vista o cofinanciamento da nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) de Pardais, no concelho de Vila Viçosa.

Por outro lado, a instituição abriu matrículas no DirIPSS - Programa Avançado para Dirigentes e Diretores Técnicos de IPSS, que decorrerá em formato online (e-learning), através do IFES – Instituto



de Formação para a Economia Social, já a partir de Setembro.

O curso é certificado pela DGERT e tem a duração total de 84 horas, contando com duas turmas, uma em regime laboral e outra em regime pós-laboral. O valor total da propina é de 600 euros por participante.

Também para setembro já decorrem as matrículas para o Programa de Formação-Ação em Direção Técnica de Respostas Sociais, que decorrerá, igualmente, em formato online (e-learning), através do IFES – Instituto de Formação para a Economia Social.

O curso contará com duas turmas, uma em

regime laboral e outra em regime pós-laboral, e terá a duração total de 36 horas.

O valor total da propina é de 275 euros por participante

Por fim, e também para arrancar em setembro, a Unitate abriu matrículas para o GPT-IPSS - Programa Avançado de Gestão de Pessoas e do Talento em IPSS, que decorrerá em formato online (e-learning), através do IFES – Instituto de Formação para a Economia Social.

A duração do curso, que contará com duas turmas, tal como os dois anteriores, terá a duração de 60 horas e um valor de propina de 450 euros por participante.

UDIPSS PORTO

4ª edição do «Ser Dirigente de IPSS» prepara Órgãos Sociais das IPSS para desafios do futuro

Dada a responsabilidade a que obriga o desempenho dos cargos nos Órgãos Sociais das IPSS e a falta de formação específica sobre as especificidades a que o Sector Social Solidário obriga, a UDIPSS Porto promove a quarta edição do curso «Ser Dirigente de IPSS», que tem como objetivo dotar os membros dos Órgãos Sociais das instituições associadas da União Distrital portuense nas seguintes áreas: gestão dos órgãos sociais; gestão das respostas sociais; gestão dos recursos humanos; e gestão estratégica e financeira.

No fundo, o curso tem como grande propósito facultar um conjunto de conceitos, instrumentos e estratégias, que, nos dias que correm, são de conhecimento obrigatório de todos os elementos dos Órgãos Sociais das instituições dada a responsabilidade civil e criminal que a execução destes cargos obriga.

Nesse sentido, os destinatários do curso são os membros dos Órgãos Sociais das IPSS associadas da União Distrital do Porto, em particular, e da CNIS, em geral, bem como

CURSO SER DIRIGENTE DE IPSS	DATAS	HORÁRIO	FORMADOR
Gestão dos Órgãos Sociais			
Procedimentos e responsabilidades	14-10-2022	9H30 – 12H30	Rui Silva
Documentos Institucionais	14-10-2022	14H30 – 17H30	Rui Silva
A Fiscalização	15-10-2022	9H30 – 12H30	Rui Silva
Gestão das Respostas Sociais			
Compromisso e Acordos de Cooperação	21-10-2022	9H30 – 12H30	Rui Silva
O Funcionamento das respostas sociais	21-10-2022	14H30 – 17H30	Cláudia Dimitri
O acompanhamento técnico e a fiscalização	22-10-2022	14H30 – 17H30	Rui Silva
Gestão dos Recursos Humanos			
Da contratação à cessação	28-10-2022	9H30 – 12H30	Rui Silva
A gestão da CCT	28-10-2022	14H30 – 17H30	Rui Silva
A gestão dos horários e retribuições	04-11-2022	9H30 – 12H30	Rui Silva
A Fiscalização	04-11-2022	14H30 – 17H30	Rui Silva
Gestão Estratégica e Financeira			
A Estratégia e o financiamento da atividade	05-11-2022	9H30 – 12H30	Sara Garrido
Gestão dos dados pessoais	11-11-2022	9H30 – 12H30	Filipa Magalhães
Gestão da qualidade	11-11-2022	14H30 – 17H30	Cláudia Dimitri
Contratação públicas nas IPSS	12-11-2022	9H30 – 12H30	Pedro Teixeira
A contabilidade, a fiscalidade e a tesouraria d(n)as IPSS	18-11-2022	9H30 – 12H30	Emílio Ricon Peres
A Fiscalização	18-11-2022	14H30 – 17H30	Emílio Ricon Peres

trabalhadores destas instituições que perspetivem, no futuro, poder vir a exercer um cargo nestes órgãos.

Como membros dos órgãos sociais compreende-se pessoa que assume, sob ato de Auto de Posse, um cargo nos seguintes órgãos das IPSS: Mesa da Assembleia Geral, Direção ou Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Cada IPSS pode realizar quantas inscrições pretender, ou seja, a instituição pode optar por

inscrever dois participantes para ambos frequentarem todo o curso. Por outro lado, uma IPSS pode delegar em dois, três ou quatro participantes a presença em um ou vários módulos do curso.

O período de inscrição está já a decorrer e termina dia 30 de setembro de 2022. Para a realização do curso será necessário um número mínimo de 20 inscrições e um máximo 30.

As inscrições devem ser apresentadas mediante preenchimento do Formulário de Candidatura disponibilizado em link próprio, no site da UDIPSS Porto, sendo apenas admitidas candidaturas por essa via.

Até dia 4 de outubro será comunicado ao formando a sua participação no curso, tendo o pagamento de ser realizado até dia 10 de outubro.

Cada inscrição tem o custo de 150 euros para as IPSS associadas da UDIPSS Porto e de 250 euros para as IPSS associadas da CNIS que não sejam associadas da promotora do curso.

CASA DE REPOUSO DA CONFRARIA DO BOM JESUS DO MAREANTES, CAMINHA

Investimento de 1,6 milhões de euros para requalificar e ampliar o lar

No âmbito do PARES 3.0, a Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, em Caminha, vai receber um investimento de 1.6 milhões de euros, que vai permitir à instituição a requalificação e ampliação do equipamento, que tem atualmente 63 utentes.

As obras iniciaram-se em maio último e deverão decorrer durante cerca de dois anos.

Mas esta não é a única instituição do concelho a ser contemplada com verbas do PARES 3.0, pois também o Centro Bem-Estar Social de Seixas, neste momento com 58 utentes, e ainda a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Viana do Castelo, que pretende criar um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), em Vila Praia de Âncora, freguesia do concelho de Caminha.

Este último, nascerá no espaço cedido pela Câmara Municipal de Caminha, que disponibilizou a antiga escola de Vilarinho, em Vila Praia de Âncora.

O respetivo concurso público foi lançado em maio último pela APPACDM de Viana do Castelo, com um investimento previsto que ronda os 700 mil euros.

Relativamente ao Lar dos Mareantes, o autarca Miguel Alves tem acompanhado a evolução da obra e visitou a mesma.

“A Câmara Municipal de Caminha tem como marca distintiva o trabalho em conjunto com



as diversas instituições que compõem a rede social do concelho. Trabalhámos o projeto do Lar dos Mareantes durante anos, contribuimos para que se pudesse arranjar uma solução de financiamento robusta e capaz de alavancar a obra e continuamos disponíveis para todas as soluções que estão ao nosso alcance”, referiu o presidente da edilidade.

Por seu turno, Cristina Malhão, diretora-geral da instituição, revelou que haverá uma parte nova e os utentes serão transferidos para os novos quartos logo que estejam prontos,

libertando outras áreas que também serão intervencionadas.

A localização do equipamento, na zona da Muralha de Caminha, obriga a cuidados suplementares, decorrendo trabalhos arqueológicos, de acordo com a lei.

Há ainda outros investimentos sociais previstos para o concelho, concretamente no Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e ainda projetos para as freguesias de Riba de Âncora e Gondar, estando aqui em causa um projeto comunitário que visa apoiar famílias da aldeia.

ESPAÇO T, PORTO

Inaugurado o «Quiosque Sabores da Felicidade» e lançada nova formação para outubro

O Espaço t, no âmbito da atribuição do Prémio Capacitar BPI Fundação “La Caixa”, inaugurou, no Jardim da sede da instituição, o «Quiosque Sabores da Felicidade».

Com este novo projeto e financiamento, a instituição procura, por um lado, aumentar a sua sustentabilidade e capacitação financeira e, por outro, promover a empregabilidade da pessoa com deficiência e incapacidade, capacitando este grupo para novos desafios e experiências.

E foi assim, que com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Escola de Hotelaria do Porto, que se desenvolveu o Curso de Técnico Restaurante/Bar, dirigido a pessoas com deficiência e incapacidade. O curso dedicado a este grupo, e com uma carga horária de 380 horas, sendo 100 horas, em contexto de formação em contexto de sala, generosamente cedida pelo The Editory Artist Baixa Hotel, e 280 horas de prática, com a realização de estágios em contexto de trabalho e que puderam contar com o acolhimento de instituições de referência, como a MC Sonae, El Corte Inglés, Jerónimo Martins

Restauração e Serviços e o Porto Palácio Hotel by the Editory.

Durante quatro meses, o restaurante do El Corte Inglés Gaia, acolheu quatro formandos: Miguel Ângelo, Rute Salgado, Maria Paula Pacheco e Illia Oksyuta. A MC Sonae, integrou quatro alunos muito dedicados, o João Pedro, esteve na Cafeteria do Continente Matosinhos, o André Tormenta, na Bagga Norte Shopping, o João Rodrigues, na Bagga Via Catarina, e o Nelson Moura, na Cafeteria do Continente de Valongo. Nas Cafeterias Jeronymo, do Grupo Jerónimo Martins, estiveram em estágio, três alunos, o António Lobo esteve a estagiar na Cafeteria Jeronymo do Norteshopping, no Arrábida Shopping, esteve a estagiar o Miguel Matos, e o Paulo Silva na Jeronymo Ikea. Já no Porto Palácio Hotel by the Editory estiveram a estagiar a Rosa Araújo e o Sérgio Carvalho.

A cerimónia da entrega dos certificados do Curso Restaurante/Bar contou com a presença da diretora da Fundação “La Caixa” Portugal, Ana Feijó Cunha, e do Vereador do Pelouro da Coesão

Social da Câmara Municipal do Porto, Fernando Paulo, bem como por representantes do IEFP e outros convidados.

APRENDIZAGEM

Já em outubro irá decorrer um curso de Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade destinado a pessoas em situação de desemprego com mais de 18 anos e igual ou menos de 29 anos, que tenham no mínimo o 3º Ciclo do ensino básico ou equivalente (sem conclusão do ensino secundário ou equivalente).

Esta formação é transversal (sociocultural, científica, tecnológica e em contexto de trabalho), alternando o ensino prático com o teórico. Os cursos de Aprendizagem têm como objetivo privilegiar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, permitindo-lhes o prosseguimento dos estudos, ao mesmo tempo que lhes confere dupla certificação – escolar e profissional (12º ano, Nível IV).

A formação decorre em horário laboral, de segunda a sexta-feira, para turmas até 20 jovens, com uma carga horária de seis horas/dia.

CANDIDATURAS ABERTAS ATÉ 9 DE SETEMBRO DE 2022

Colabor está a recrutar investigadores e assistentes de investigação

A Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR), na qual a CNIS participa, tem aberto um concurso para a contratação de cinco Investigadores e Assistentes de Investigação para a execução do seu plano de atividades.

Este concurso é financiado, entre outras fontes, pelo Programa Operacional Lisboa 2020, domínio Temático da Competitividade e Emprego, através do Fundo Social Europeu (FSE).

O CoLabor mobiliza recursos da academia, empresas, administração pública e organizações da economia social e solidária com vista ao aprofundamento do conhecimento de problemas presentes e antecipáveis em torno de três eixos de atividade: a) trabalho, emprego e tecnologia; b) proteção social; c) economia social e solidária.

Num contexto de acrescidas mudanças económicas, tecnológicas e demográficas, o CoLabor procura analisar, através dos seus projetos, as vulnerabilidades concomitantes dos regimes de emprego e de proteção social, com a decorrente recomposição/reprodução das desigualdades e o surgimento de

novos riscos sociais, e promover soluções e recomendações para as políticas públicas, as instituições do terceiro sector e as empresas privadas, tendo por base a Agenda do Trabalho Digno, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os Investigadores e Assistentes de Investigação a contratar irão reforçar as equipas das linhas da Proteção Social e do Trabalho, Emprego e Tecnologia do CoLabor, nos projetos em curso e a desenvolver. No âmbito das suas atribuições, desenvolverão, entre outras, as seguintes atividades: Participar em projetos da linha de investigação correspondente e em projetos transversais ao CoLabor; Avaliar políticas públicas e estratégias organizacionais de instituições do sector privado e do terceiro sector; Participar ativamente no desenvolvimento de propostas de projetos; Desenvolver análise de dados de natureza qualitativa e/ou análise avançada de dados estatísticos; Participação na redação de relatórios, artigos científicos e de disseminação, bem como em eventos públicos, tais como seminários e conferências.

As candidaturas serão avaliadas em duas

fases. A primeira consiste numa avaliação curricular, tendo por base a documentação apresentada, de acordo com três critérios de avaliação: percurso académico, atividade científica e experiência profissional.

Os candidatos selecionados após a primeira fase de avaliação serão contactados para a realização de entrevista. Nesta os candidatos poderão ser considerados para diferentes perfis. As candidaturas selecionadas para entrevista irão constituir lista de reserva para oportunidades futuras no CoLabor, podendo ser posteriormente os candidatos contactados diretamente. Em todos os critérios será tida em conta a adequação do perfil do candidato às competências que constam do edital e à agenda de investigação do CoLabor. A frequência ou intenção de frequência de cursos superiores (Mestrado ou Doutoramento) em áreas temáticas consonantes com a agenda do CoLabor será valorizada.

O prazo de apresentação de candidatura termina dia 9 de setembro do corrente ano.

Para mais informações, os interessados devem consultar o edital publicado no sítio oficial da internet do CoLabor.

ASSOCIAÇÃO DO MONTE PEDRAL, PORTO

Câmara Municipal do Porto atribui Medalha Municipal de Mérito

A Câmara Municipal do Porto decidiu atribuir a Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, à Associação das Escolas Jesus, Maria, José (mais conhecida como Associação do Monte Pedral), distinguindo-a pelos seus mais de 120 anos de serviço à cidade, à comunidade e à família em várias áreas de apoio social. A cerimónia decorreu dia 9 de julho, nos jardins da Casa do Roseiral, e nela foram distinguidas 46 personalidades, cidadãos e instituições. Na cerimónia, o presidente Rui Moreira lembrou a data escolhida para esta cerimónia “carregada de simbolismo por ter sido em 1832 que neste dia o exército libertador de D. Pedro entrou na cidade e aqui viveu, com os portuenses, o terrível cerco”, destacando que “as medalhas municipais se destinam a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizaram pelos seus méritos ou feitos cívicos e ainda funcionários do município, pelo desempenho das suas funções ou missões”.



MADEIRA

Governo Regional vai apoiar instituições da diáspora

O Governo da Madeira está a preparar um regulamento para definir critérios de apoio financeiro a instituições sociais e culturais na diáspora, indicou o diretor regional das Comunidades e Cooperação Externa, Rui Abreu.

“O Governo Regional, já este ano, apoiou dois lares [de idosos] na Venezuela e vai continuar no próximo ano a apoiar instituições sociais na diáspora”, disse, esclarecendo que o regulamento, em fase final de elaboração, visa estabelecer critérios para que todas as instituições possam concorrer às ajudas.

Rui Abreu falava no final da reunião do Conselho da Diáspora Madeirense, no Funchal, um órgão consultivo do executivo regional composto por 21 elementos, que representam dez comunidades de emigrantes: Venezuela, África do Sul, Reino Unido (as maiores), Austrália, Brasil, EUA, Europa, Caraíbas, Canadá e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O diretor regional não especificou o montante que o governo vai afetar ao

projeto, mas sublinhou que o regulamento deverá ser aprovado em breve.

“Pretendemos apoiar as instituições de caráter social, mas também outras instituições de caráter cultural, para manter e reforçar aquilo que é a nossa identidade madeirense, a nossa “madeirensidade”, nos países onde as comunidades estão estabelecidas”, disse.

O Conselho da Diáspora Madeirense defendeu que a Assembleia Legislativa da Madeira e a Assembleia da República devam “agir em conformidade”, no sentido de consagrar o direito de voto aos emigrantes nas eleições regionais, a exemplo do que acontece para o parlamento nacional.

Outra das conclusões prende-se com a rede consular, com os conselheiros a insistirem para que o Governo da República proceda à melhoria dos serviços, dotando-os de meios humanos, técnicos e financeiros adequados à prossecução da sua missão.

O Conselho da Diáspora Madeirense criticou, por outro lado, a companhia aérea



TAP, por não ter reestabelecido uma frequência direta entre Lisboa e Joanesburgo, na África do Sul, onde reside uma das maiores comunidades.

“De igual forma, censura a inexistência de ligações diretas entre a Madeira e países que acolhem milhares de madeirenses, como a referida República Sul-Africana, a Venezuela e o Brasil”, disse Rui Abreu, reforçando ser também “incompreensível” os elevados preços praticados pela TAP nos voos com destino à Madeira.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE SAÚDE

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.



innovatiOntrail

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZIZAÇÃO | SEGURANÇA

97,6%

dos presentes consideram que o evento cumpriu ou superou as expectativas e recomendam os eventos INNOVATIOntrail F3M

EVENTOS EM TODO O PAÍS. Inscreva-se em www.f3m.pt

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | www.f3m.pt
PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE

GRATUITIDADE DAS CRECHES

Governo e Sector Social Solidário conseguem acordo histórico

Cerca de 80 mil crianças deverão frequentar gratuitamente a creche a partir já de setembro depois do acordo que o sector social solidário alcançou com o governo.

O acordo foi feito com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), permitindo dar cumprimento a uma das principais medidas do Orçamento: A gratuitidade das creches para as crianças do 1.º ano já em setembro.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade garante estar confortável com o acordo atingido: “O acordo é o possível. Nunca ninguém me ouvirá dizer que foi mau. Quando subscrevo algo é porque estou de acordo. Pode não ser aquilo que queria, mas foi o possível. Sempre o defenderei. Eu sempre me entusiasmei com a possibilidade da gratuitidade da creche porque, para além de favorecer a natalidade e também uma certa conciliação entre a vida familiar e profissional, tem dois aspetos que para mim são muito importantes: os critérios na admissão à creche privilegiam os sectores socioeconómicos mais desfavorecidos e a gratuitidade é um grande instrumento de combate à pobreza, sobretudo aquela pobreza hereditária. Crianças que são filhos de pais pobres, netos de pobres que poderiam vir a ser pais de pobres e avós de pobres. Certamente que uma criança ao entrar em creche logo nos primeiros meses de vida, começa a ter uma mente de mais dignidade, a ter condições logo à nascença de perspetivar um futuro certamente melhor do que aquele passado dos seus pais.” Lino Maia estima que existam atualmente cerca de 50 mil crianças a frequentar gratuitamente a creche por os pais estarem nos 1.º e 2.º escalões de rendimento, às quais admite que se somarão mais cerca de 30 mil na sequência do acordo com o governo. “No sector social solidário, porque é para aí que é apontada a medida da gratuitidade, nós não temos capacidade para muito

mais do que aquelas que já estão em creche. São cerca de 80 mil crianças, das quais 50 mil já estão no regime de gratuitidade, ou porque são do primeiro ou segundo escalão de rendimentos e o Estado suporta aquilo que seria a comparticipação familiar. As que são de outros escalões a família suporta uma comparticipação ajustada às suas situações económicas e sociais. Eu imagino que daqui a uns meses em lugar de 50 mil crianças com gratuitidade em creche possamos estar a falar de mais 30 mil. Os acordos de cooperação correspondem a cerca de 80% da capacidade instalada, portanto eu penso que as instituições vão ter oportunidade de pôr ao serviço da gratuitidade toda a sua capacidade. Acredito também que haja instituições que vão pegar em salas que têm em pré-escolar ou de ATL e adaptá-las. Vai haver um programa para isso mesmo. Não é utópico pensar em chegar às 100 mil crianças. E, dentro de dois anos, eu penso que é perfeitamente possível ultrapassar esse número. Todas as crianças que nasceram de 1 de setembro de 2021 para cá, a essas aplicar-se-á sempre a gratuitidade, independentemente do ano em que estejam. Às que nasceram antes de 1 de setembro de 2021 aplicar-se-ão dois regimes: se são do 1º e 2º escalão de rendimentos, o Estado suportará a comparticipação familiar, se são de outros escalões terá que ser a família a suportar. Daqui a 3 anos todas as crianças que estão no sector social solidário estarão num regime de gratuitidade total. Há também instituições, e não é um número assim tão reduzido, que têm já creches que não têm acordo. Tudo faremos para que essas instituições possam ter as suas creches licenciadas para entrarem no mesmo sistema.”

O acordo estabelecido entre o sector social e o governo define um valor de comparticipação de 460 euros por criança. O valor pago pelo Estado inclui alimentação e higiene e os pais mantêm a responsabilidade de pagar por atividades extracurriculares ou os necessários seguros.

Corresponde a um período de funcionamento de onze horas diárias, estando previsto um pagamento adicional nos casos dos estabelecimentos que funcionem durante períodos mais alargados.

Segundo o presidente da CNIS, “foi difícil chegar ao valor de 460 euros até porque este país não é todo igual. Nós temos valores muito diferentes em creches. Foi-nos apresentada uma creche do sector privado, lucrativo, no distrito de Castelo Branco, em que o valor do custo da creche andava nos 159 euros por mês. Eu disse que devia ser uma espécie de armazém com polícia à porta, porque não é praticável. No sector social solidário, temos creches em que o custo anda nos 525 euros por mês. Têm as atividades extracurriculares e terão provavelmente educadoras já no topo da carreira. Tivemos que insistir para subir a comparticipação para os 460 euros e depois há ainda compensações para situações extraordinárias tais como o alargamento de horário ou o acolhimento a crianças com deficiência... Este acordo é uma base e, já em janeiro vamos reavaliar a situação.”

Lino Maia considera que o governo anunciou algo levemente esta medida, permitindo que se considerasse a gratuitidade universal. “Nós estamos com 38%, nunca estaremos nos 100%, é utópico pensar nisso. Podemos aumentar, e espero que sim, sobretudo nos meios mais desfavorecidos. É importante que as crianças desses meios tenham acesso à creche, mas haverá sempre famílias que, pelas condições em que vivem, por opções específicas, também preferirão ter a criança em casa durante os primeiros anos de vida. Mas é importante que favoreçamos o acesso, sobretudo naqueles meios mais carenciados. Uma criança que chega à escola sem ter passado por uma creche, sem ter passado por um infantiário, chega já em situação de desvantagem. Por isso, temos de promover a capacidade de resposta para que haja mais famílias a colocar crianças em creches.”

INICIATIVA LIBERAL QUER GRATUITIDADE PARA CRECHES DO SECTOR LUCRATIVO

A Iniciativa Liberal (IL) quer saber porque é que o Governo não alargou à rede de creches do sector privado e lucrativo o mesmo acordo que estabeleceu com o sector social, deixando assim “milhares de famílias de fora” do apoio da gratuitidade das creches.

A Iniciativa Liberal pediu a audição parlamentar urgente da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para esclarecer o “real alcance” da gratuitidade das creches e quantas crianças ficarão de fora apesar de cumprirem os critérios.

Num requerimento, os liberais referem que “a apregoada creche gratuita para todos” prometida pelo PS é, afinal, “uma medida aplicável apenas a crianças nascidas em determinados anos

e, dentro dessas, às que frequentam vagas objeto de contratualização pelo Estado no regime de cooperação”.

Acrescenta ainda o requerimento que “vindo a confirmar-se que haverá crianças que cumprem os critérios de elegibilidade que não beneficiarão da medida por falta de vagas contratualizadas, importa perceber as razões de não incluir na solução a oferta já existente nas creches do sector privado”, acrescenta.

Outra das limitações, de acordo com a IL, é que “nem todas as crianças que integrem creches do sector social com acordos de cooperação com a Segurança Social beneficiarão deste apoio”, assim como o facto das “crianças que tenham dois ou mais anos de idade agora nunca serão abrangidas por esta medida”.

ADENDA 2022 AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO

No caminho certo para partilha

Depois de um processo negocial com o sector social solidário foi aprovada uma adenda extraordinária ao Compromisso de Cooperação 2022 pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que, segundo um comunicado do MTSS, representa “o maior aumento de sempre nas comparticipações para reforçar as respostas de apoio social às pessoas mais vulneráveis”.

As alterações acordadas entre o Governo, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, as Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa são justificadas pelo Governo com o “contexto atual de aumento dos custos, nomeadamente alimentação e energia, decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia e da inflação”.

É criado um apoio extraordinário de 18 milhões de euros para reforçar as respostas sociais e aumentar a comparticipação financeira das instituições.

Para o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, esta atualização representa um passo no sentido certo que foi acordado com o Governo, em Dezembro de 2021, por ocasião da revisão do Pacto para a Solidariedade. Nessa altura o primeiro-ministro António Costa comprometeu-se com o objetivo de uma “convergência para que Estado e instituições possam assumir partes iguais na partilha de encargos.”

Lino Maia diz que esta adenda é o primeiro passo: “Nós, os representantes do setor social solidário, com particular destaque para a União das Misericórdias e CNIS, vínhamos insistindo muito nisso, que não ficasse no domínio das boas intenções, mas que se avançasse de fato numa cooperação equitativa de Estado-sociedade para várias valências.

Há valências cuja comparticipação pública tem de ser superior, LIJ e Instituições voltadas para a deficiência, por exemplo. Já a comparticipação tem que ser superior aos 50% ou até tem que ser total. Mas havia valências, por exemplo o ATL e os Centros de Dia, em que a comparticipação era inferior a 30%. Nas ERPI está à volta dos 37% e no geral das valências, no total, a comparticipação pública média está nos 38%. Foram dados passos importantes nesta adenda, nomeadamente no que se refere a ERPI e Centros de Dia. Privilegiaram-se as valências de apoio a idosos. Se continuarmos neste esforço e o Estado continuar neste caminho, eu penso que dentro de três anos estaremos nos 50% nessas valências”.

Na prática, as instituições vão receber um pagamento adicional mensal no valor de 18 euros por utente em estruturas residenciais e serviço de apoio domiciliários e de 6,6 euros por utente nas restantes respostas sociais de caráter não residencial.

Além desse apoio, haverá também um reforço, com efeitos a partir de janeiro de 2022,

da comparticipação financeira das estruturas residenciais para pessoas idosas, que passa de 433 euros mensais para 470,16, e dos centros dias, que passam a receber 140 euros mensais, em vez dos anteriores 125 euros.

Para as restantes respostas sociais e acordos atípicos ficou estabelecido um aumento de 3,6% na comparticipação financeira.

O presidente da CNIS mostra-se satisfeito e acredita que o processo de aproximação à partilha de custos está em marcha. “Julgo que se conseguiram os objetivos de negociação nesta adenda. Há outras garantias que podem passar despercebidas. O valor de referência em ERPI passa para 1250 euros o que dá uma margem significativa para encarar a sustentabilidade mais a sério. Penso que foram dados passos firmes. Estivemos à espera da aprovação do Orçamento de Estado, mas depois de publicado foi rápida a negociação. Antes disso nada se poderia fazer. Espero que agora as coisas sejam diferentes. Imagino que o próximo Orçamento de 2023 seja aprovado em Novembro próximo, como é costume, e aí já não estaremos a negociar uma adenda mas um Compromisso de Cooperação e mais matérias serão incluídas”.

ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2021-2022:

1. Atualização de Acordos típicos e atípicos de 3,6%, com retroativos a janeiro
2. Valor de Referência em ERPI: 1.250€;
3. Comparticipação em ERPI: 470,15€ (atualização de 8,4%);
4. Comparticipação em Centro de Dia: 140€ (atualização de 11%);
5. Gratuitidade de Creche: crianças nascidas desde 1.09.2021: 460€;
6. Prolongamento do horário de Creche: 894,69€;
7. Amas - 1ª e 2ª criança: 396,85€; Amas - 3ª e 4ª criança: 444,49€; Amas - 1 criança com deficiência: 793,72€; Amas - 1 criança, mas com deficiência: 888,96€;
8. Apoio extraordinário a todas as valências residenciais (com 2 refeições) a pagar a partir de julho de 2022: 18€;
9. Apoio a todas as valências não residenciais (com 1 refeição) a pagar a partir de julho de 2022: 6,60€;

PRÉ-ESCOLAR: AGORA É A SÉRIO

Os representantes do sector social e solidário estiveram em reunião por videoconferência com o Ministério da Educação, no início de Agosto, para discutirem muitos assuntos que dizem respeito às relações entre ambos. O principal é o ensino pré-escolar em que as instituições sociais têm uma presença significativa.

O presidente da Confederação Nacional



das Instituições de Solidariedade sintetizou o encontro: “O diálogo foi bom. Havia várias questões. Não ficou nada decidido, a não ser que nos vamos reunir periódica e sistematicamente. Não no princípio de setembro, porque é o início do ano escolar e haverá uma sobrecarga de preocupações, mas lá para o final de setembro, e depois mensalmente, vamos ter reuniões”.

Uma das questões tem que ver com o valor da comparticipação que nos últimos 12 anos foi atualizada em apenas 2 euros. “De facto, nestes últimos 12 anos, não chegou bem a 2 euros de atualização. Em 2009 por cada criança no ensino pré-escolar eram pagos 173,49 euros; desde 2019 são pagos 175,23 euros mensalmente. Há 12 anos o ordenado mínimo era inferior a 500 euros e agora está em 705 euros. Portanto, há a necessidade de atualização das comparticipações, olhando às componentes educativa e socioeducativa”.

Mas havia outras questões para abordar com o Ministério da Educação que foram referenciadas nesta reunião com o ministro João Costa. Desde logo a burocracia e atraso no pagamento às instituições da compensação do Estado às educadoras de infância que integraram a rede nacional do pré-escolar ao abrigo do PEDEPE (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar).

Depois há ainda a questão do licenciamento de salas do pré-escolar. Há instituições, que já tinham o pré-escolar antes da Rede Nacional do Pré-escolar, que integraram automaticamente a rede nacional. Agora há exigências que se põem, que antes não se colocavam, que são consideradas toleradas, mas não licenciadas. É preciso regularizar essa situação.

de custos das respostas sociais



Foi também abordada a questão dos centros de recursos para inclusão e a situação de crianças em risco em LIJ (Lar de Infância e Juventude) ou em CAT (Centros de Acolhimento Temporário) que não se podem deslocar para o exterior, por qualquer razão, e são penalizadas em termos educativos.

No pré-escolar a frequência letiva é gratuita na rede pública e na rede privada sem fins lucrativos e é financiada pelo Ministério da Educação.

A maior parte do pré-escolar da rede solidária é de instituições filiadas na CNIS e por isso foi natural o protagonismo assumido por

Lino Maia, presidente da CNIS.

“A reunião foi muito favorável. Não há compromisso nenhum a não ser de pegarmos a sério nos assuntos. Mas eu vi que há boa compreensão e que há condições para chegarmos a boas conclusões,” referiu o padre Lino Maia.

SAÚDE: NOVIDADES SÓ EM SETEMBRO

Os assuntos do sector social a tratar com o Ministério da Saúde estão adiados até 15 de setembro. Em cima da mesa estará a Rede de Cuidados Continuados Integrados, onde também estão a ser praticados valores muito baixos de comparticipação pública. “Praticamente não tem havido atualizações e até já há ameaças de encerramento de instituições e, noutros casos, algum aconselhamento para que algumas unidades de cuidados continuados sejam convertidas em lares para idosos. E são necessários de fato os cuidados continuados integrados”.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade não tem dúvidas: “Grande parte dos nossos utentes deviam estar em cuidados continuados integrados. A questão foi colocada insistentemente ao Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde não tem prestado grande atenção. Eu espero que agora se confirme o compromisso de haver reunião no dia 15 de setembro”.

V.M.PINTO

CONSELHO GERAL DA CNIS

Direção reuniu conselheiros para auscultar opinião sobre os acordos com o Governo

No passado dia 20 de julho, a CNIS reuniu em Conselho Geral extraordinário para a Direção colocar à apreciação dos conselheiros a proposta final do Governo relativamente à gratuitidade da creche e ainda à Adenda 2022 ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário.

O processo negocial vinha arrastando-se há meses, porque o Governo não se chegava às exigências das organizações representativas do Sector Social Solidário, mas, de repente, entrou-se numa espécie de sprint final, com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a querer fechar o dossier em poucos dias.

Perante os conselheiros, o presidente da CNIS lembrou que “o processo da gratuitidade da creche tem sido muito moroso, pois era para estar finalizado em 30 de abril”, revelando ainda que, nas negociações, “também estava em cima da mesa a Adenda”, que à data Governo e Sector Social Solidário já haviam “chegado a uma conclusão”, faltando apenas resoluções sobre as Unidades de Cuidados Continuados Integrados e Pré-escolar.

A reunião serviu, essencialmente, para a Direção ouvir os conselheiros e saber se concordavam com a proposta em cima da mesa, o que veio a acontecer por unanimidade, apesar de o parecer do Conselho Geral não ser vinculativo.

“Após a vossa decisão, a Direção ficará mais confortada”, afirmou o padre Lino Maia, após auscultar a opinião de todos os conselheiros presentes na reunião.

À hora que decorria o Conselho Geral, o Governo debatia na Assembleia da República o «Estado da Nação», tendo o primeiro-ministro António Costa, após receber a confirmação do presidente da CNIS da aceitação do acordo, anunciado a efetivação da medida da gratuitidade da creche.

“Esta é das medidas mais eficazes e válidas para combater a pobreza, porque ajuda as famílias e quanto mais cedo se tirar as crianças do ciclo vicioso da pobreza melhor”, defendeu o padre Lino Maia.

Por seu turno, o cônego Roberto Mariz, membro da Direção da CNIS, lembrou que a medida “acaba com a concorrência entre as IPSS e é uma oportunidade para beneficiar as famílias, sendo que o nosso desafio é agarrar a nossa oportunidade de cumprir a nossa missão de privilegiar os mais necessitados”.

A reunião terminou com umas breves palavras de José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, que deixou um forte elogio à Direção.

“Este acordo reflete um grande esforço negocial. Nunca ficamos contentes e, é óbvio, o momento não é fácil. O país é muito diversificado e o que é bom para umas zonas, não é tão bom para outras, mas temos que olhar ao todo nacional”, sustentou, sublinhando: “Quero reiterar que era importante estarmos todos em consonância e unidos, como se verifica. Por isso, um obrigado à Direção por ter partilhado este momento connosco”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Trabalho digno

O governo apresentou no Parlamento um diploma que define um conjunto de novas regras para regular o mercado de trabalho e intitulou esse conjunto como a Agenda para o Trabalho Digno. Esta iniciativa surge na sequência de uma deliberação tomada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, sobre o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos até ao ano de 2030.

A Agenda para o Trabalho Digno e Crescimento Económico aprovada nas Nações Unidas apresenta no capítulo oito do documento doze medidas. Sete dessas medidas (58% do total) têm a ver com a vida das empresas e apenas três se relacionam com a regulação do mercado de trabalho. De acordo com as Nações Unidas as medidas que procuram incentivar as empresas, no sentido de elas promoverem postos de trabalho dignos, são as seguintes:

- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva.

- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso a serviços financeiros.

- Melhorar progressivamente a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção.

- Elaboração de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança.

- Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promova a cultura e produtos locais.

- Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

- Aumentar o apoio à Iniciativa de Ajuda para

o Comércio para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos.

Relativamente à regulação do mercado de trabalho a Agenda de Trabalho Digno prevê as quatro seguintes medidas:

- Promover o trabalho decente para todas as mulheres, homens, jovens e pessoas com deficiência, além de uma remuneração igualitária;

- Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;

- Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

- Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

Em resumo: A Agenda para o Trabalho Digno assenta em quatro pilares, a saber: Promoção do emprego e das empresas; Garantia dos Direitos dos Trabalhadores; Proteção social; e, Promoção do diálogo social sendo que a igualdade do género é transversal a todas elas.

Acontece que a proposta apresentada pelo governo português ao Parlamento trata apenas de aspetos regulatórios do mercado de trabalho. À luz da proposta aprovada pelas Nações Unidas esta é claramente uma proposta desequilibrada a vários títulos. Enquanto na decisão tomada pelas Nações Unidas a Agenda para o Trabalho digno incorpora 58 % de medidas dirigidas às empresas no caso da proposta enviada à Assembleia da República não existe uma única medida dirigida às empresas. Acresce que na mesma proposta foi ignorado um dos pilares fundamentais para o trabalho digno que tem a ver com a promoção do diálogo social. Pouco ou nenhum esforço foi feito para que o tema fosse discutido em sede de concertação social. Prova desse desequilíbrio é a seguinte frase da Ministra do Trabalho. “Esta é uma agenda que

responde, de facto, a uma necessidade que o País tem e é, acima de tudo, desenhada para dar força aos trabalhadores”.

Todavia, nem isso é, porque a proposta apresentada na Assembleia da República apresenta falhas incompreensíveis como é o caso da mudança operada no cálculo das indemnizações quando cessam os contratos a termo. Até aqui os contratos a termo que terminassem por vontade da entidade empregadora ou, quando cessassem no fim do prazo de vigência estipulado no respetivo contrato, haveria o direito de trabalhador receber um montante equivalente a 18 dias de trabalho. Na proposta apresentada anuncia-se que esse montante de indemnização será calculado com base não em 18 mas em 21 dias de trabalho, mas nada se diz sobre os casos em que o contrato termina em função da existência de automatismo previsto no seu clausulado, ou seja, nesse caso a indemnização será zero. Entretanto, um conjunto de professores universitários de Direito denunciaram esse grave erro que tudo o indica vai ser corrigido. Anda bem. Mas não é desculpável num diploma desta importância, que mexe com a vida das pessoas haver tanto amadorismo e ligeireza na sua preparação.

Uma palavra de saudação e de congratulação aos dirigentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Santas Casas de Misericórdia é devida pelo excelente resultado que obtiveram no acordo que negociaram com o Governo, relativamente ao reforço das participações financeiras que o Estado paga pelos serviços prestados à comunidade por este tipo de instituições. Trata-se do resultado de um trabalho sério e aturado que tive ocasião de acompanhar de perto. Até por essa razão, quero publicamente expressar do Dr. Manuel de Lemos e do Padre Lino Maia o meu enorme reconhecimento pela seriedade, firmeza e convicção de que deram provas nesta caminhada. Parabéns aos dois. Tenho a noção que a caminhada não acaba aqui. Há ainda um longo caminho a percorrer, mas se a atitude de clarividência e cooperação que deram mostras os dirigentes destas instituições continuarem como até aqui, a vida dos utentes e dos funcionários será com certeza melhorada.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Agenda do trabalho digno

1 - O novo ano parlamentar iniciar-se-á com o debate e a consequente aprovação de medidas legislativas relativas à designada “Agenda do Trabalho Digno” – medidas que, no essencial, constam do programa do Governo e que, tendo em conta que o Governo dispõe do apoio da maioria absoluta do Parlamento, é de presumir que venham a constituir a base das alterações legislativas que passarão a vigorar no nosso ordenamento jurídico laboral.

(Podemos, numa reflexão mais vasta sobre os princípios que regem as relações laborais, perguntarmo-nos se a designação da Agenda – “Trabalho Digno” – não será redundante, na medida em que todo o trabalho, em sentido estrito, é portador de dignidade intrínseca, no que constitui uma reafirmação de idêntico princípio formulado pela “Doutrina Social da Igreja”, desde a “Rerum Novarum”.

Na sequência do teor do seu artº 58º, 1 - “Todos têm direito ao trabalho” -, entendeu a Constituição da República Portuguesa definir como um direito fundamental dos cidadãos a afirmação do direito ao trabalho, a escolher e a exercer uma profissão, conferindo uma distinção fundamental entre essa enunciação como um direito de conteúdo positivo, de guarida constitucional, e a previsão do dever de trabalhar, com significado meramente do foro laboral, designadamente na sua vertente disciplinar.

Mas, como em tudo o que é hoje verdadeiramente importante na conformação jurídica da nossa vida colectiva, a Agenda do Trabalho Digno” da proposta do Governo importou a formulação da União Europeia, designadamente a Resolução do Parlamento Europeu, de 23 de maio de 2007, sobre “Promover um trabalho digno para todos”.

De acordo com o legislador de Estrasburgo, o conceito de trabalho digno não se restringe à “protecção das normas laborais fundamentais”, incluindo, ainda, o que se designa por “emprego produtivo e livremente escolhido, direitos no trabalho, protecção social e diálogo social, bem como a integração da perspectiva do género ...”.

Nessa medida, da afirmação da dignidade intrínseca e da qualificação dos direitos dos trabalhadores, concordo com a formulação da Agenda – não, portanto, na perspectiva da admissão implícita de formas “indignas” de trabalho, mas na constatação de que o quadro jurídico actual já não é capaz de assegurar de forma eficaz os direitos dos trabalhadores e de que, portanto, se torna necessário reformar esse quadro, no sentido de conferir maior dignidade ao exercício desse direito, na sua afirmação constitucional positiva.

É nesse sentido a “Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho”, que constitui a base do debate que o Parlamento vai iniciar, elegendo o combate à precariedade, a promoção da contratação coletiva e a melhoria geral dos salários como eixos fundamentais.)

2 – Interessa constatar, no contexto do debate, o estado da arte no que diz respeito ao universo dos trabalhadores que exercem a sua profissão nas

Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Trata-se de um universo com significado em valores absolutos – mais de 200.000 trabalhadores; mas também relativamente ao relevo qualitativo que a prestação de cuidados, designadamente aos mais vulneráveis, assume numa sociedade envelhecida e com elevados níveis de pobreza, como é o caso da sociedade portuguesa.

Tem sido o Primeiro-Ministro a liderar o discurso político do Governo sobre esta matéria; e, de acordo com o discurso político do Chefe do Governo, são três os eixos da Agenda que tocam mais expressivamente o estatuto das IPSS, também como geradoras de emprego e de garantia, portanto, do exercício de direitos dos seus trabalhadores: a precariedade do emprego, o reforço da contratação colectiva e a melhoria geral dos salários, mantendo o percurso de valorização do salário mínimo e procurando idêntico processo no que respeita ao salário médio.

Estou de acordo com a importância desses três eixos.

No que especificamente respeita ao reforço da contratação colectiva, não se pode ignorar o sinal de fortíssimo apoio a essa forma de regulação das relações laborais que foi dado pelas Partes outorgantes das Adendas para 2022 do Compromisso de Cooperação para 2021-2022, fazendo depender a aplicabilidade das medidas clausuladas da existência de contratação colectiva activa e dinâmica, para usar a expressão da Cláusula VII da Adenda assinada em 27 de Julho de 2022.

Nessa perspectiva, não se pode deixar de salientar que, no que respeita ao Sector das IPSS, tem sido mantida uma política de negociação colectiva das relações de trabalho, com periodicidade anual, desde 2007 – mesmo durante o período da troika, em que era recomendada a parcimónia na emissão de portarias de extensão; o que não inibiu a CNIS de requerer a respectiva emissão, em conjunto com as diversas Federações Sindicais outorgantes das convenções, a fim de ampliar a todos os trabalhadores, fossem ou não sindicalizados, as melhorias das condições de trabalho negociadas com tais Federações.

Também quanto à precariedade das relações laborais, o estado da situação se afigura muito favorável aos objectivos da Agenda.

Restrinjo o âmbito do conceito de precariedade das relações laborais à forma de vinculação, como me parece rigoroso; dela excluindo a questão do montante da retribuição, que, sendo também essencial, não tem que ver com a precariedade das relações de trabalho, em sentido próprio, mas com a eventual precariedade das condições de vida dos trabalhadores.

Com efeito, tem sido divulgada publicamente a informação de que cerca de metade dos contratos de trabalho no País são celebrados a termo, certo ou incerto.

Ora, um amplo e representativo inquérito recentemente efectuado permitiu apurar que, durante o período mais agudo da pandemia, 72% dos trabalhadores ao serviço das Instituições do Sector Social



e Solidário se encontravam vinculados por contratos de trabalho sem termo; e apenas 14% haviam celebrado contratos a termo.

(Os restantes 14% respeitavam a outras formas de prestação laboral: prestação de serviços, medidas do IEFP, estágios ...)

E, para explicar os 14% de contratos a termo, basta pensar nas substituições de trabalhadores ausentes por doença, própria ou de familiares por si assistidos, ou substituição de trabalhadores em confinamento ou em isolamento profiláctico – que, pela própria natureza das substituições, teriam de obedecer às regras da contratação a termo, certo ou incerto.

Em conclusão, pode afirmar-se com segurança e reconhecimento a essencial estabilidade das relações laborais nas IPSS, com rejeição do arbítrio e da incerteza dessas relações.

Tal constatação vem na sequência, como se sabe, quer da cultura de proximidade das Instituições (com utentes, trabalhadores e comunidade), quer da natureza personalizada que caracteriza a prestação de cuidados de bem-estar e de saúde – que exige a estabilidade do cuidador como condição qualitativa para satisfação das necessidades, explicitadas ou não, dos utentes.

3 - Fica a questão da qualificação salarial.

A CNIS vem defendendo, pelo seu Presidente, que os trabalhadores não só não são um problema, como constituem um precioso activo das Instituições.

E, nesse sentido, tem considerado como justa a qualificação salarial dos trabalhadores, designadamente os das carreiras comuns.

A Cláusula VII da Adenda, já referida, e também subscrita pelas Organizações Representativas das Instituições, enuncia o objectivo de “valorizar a qualificação e formação dos trabalhadores e a promoção do trabalho digno” – aqui incluindo, como já vimos, a continuação da progressão do salário mínimo e o aumento do salário médio.

E o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, pelo seu próprio texto e pelo discurso sobre ele que o Primeiro-Ministro vem proclamando, constitui, entre outros sinais positivos, o reconhecimento do sub-financiamento público do funcionamento das respostas sociais e o compromisso de tornar equitativa a participação da Segurança Social nesse funcionamento.

A Adenda para 2022 ao Compromisso de Cooperação parece cumprir esse designio.

CANDIDATURAS ENTRE 15 DE SETEMBRO E 14 DE OUTUBRO DE 2022

IPSS têm 9,58 milhões de euros para criar Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa

Entre 15 de setembro e 14 de outubro deste ano, as IPSS ou instituições equiparadas, autarquias e outras entidades públicas e instituições de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública podem candidatar-se aos 9,58 milhões de euros disponíveis no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para financiar a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e inovadoras, em especial para Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa (Co-Housing).

“O presente Aviso tem como objetivo criar 370 novos lugares, repartidos entre as duas respostas, 120 lugares para as Comunidades de Inserção e 250 lugares para a Habitação Colaborativa”, detalha o comunicado do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

O grande propósito do Aviso lançado nos primeiros dias de agosto é dar um teto a pessoas em situação de sem-abrigo e casas partilhadas para famílias, pessoas idosas, pessoas com deficiência e outras que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Assim, o objetivo é criar 120 lugares para as comunidades de inserção, com alojamento em unidades funcionais autónomas destinadas a pessoas sem-abrigo, e outros 250 para a habitação cooperativa, dirigidas a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Para a primeira resposta social, o Governo disponibiliza uma verba de mais de 3,04 milhões de euros, enquanto para as casas partilhadas, o montante é de 6,54 milhões. No total, perfazem os tais 9,58 milhões anunciados.

Para a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, “é fundamental acelerar novas respostas sociais para promover envelhecimento ativo, com autonomia e independência”, por isso, o Governo lançou “este aviso para desenvolvimento de projetos inovadores nesta área”.

Relativamente à construção de comunidades



de inserção, a medida está limitada aos municípios onde foram identificados, em dezembro de 2021, pelo menos 10 pessoas em situação de sem-abrigo.

Assim, dos 278 concelhos de Portugal Continental, só 81 cumpriam esse critério, o que significa que apenas um em cada três concelhos é elegível para aderir ao programa de acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo.

Os 81 concelhos elegíveis são:

NORTE – Amarante, Barcelos, Braga, Bragança, Espinho, Fafe, Felgueiras, Gondomar, Guimarães, Lamego, Maia, Matosinhos, Mirandela, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Trofa, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, e Vila Verde;

CENTRO – Abrantes, Alenquer, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Coimbra, Estarreja, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Marinha Grande, Oliveira do Bairro, Ourém, Ovar e Peniche; ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA – Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira; ALENTEJO – Almeirim, Almodôvar, Alter do Chão, Alvitto, Beja, Elvas, Estremoz, Évora, Gavião, Montemor-o-Novo, Moura, Mourão, Portalegre, Redondo, Santarém, Santiago do Cacém e Sines; ALGARVE – Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira e Vila Real de Santo António.

Refira-se que no âmbito do PRR já foram assinados 105 contratos para respostas sociais, representando um investimento total de mais de 132,5 milhões de euros.

VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA

Cerci Braga recebe iniciativa solidária «Pedalar por uma Causa»

A Cerci Braga acolhe, no próximo dia 12 de agosto, a iniciativa «Pedalar por uma Causa», um projeto de responsabilidade social da Rubis Gás que se realiza, pela quinta vez, no âmbito do patrocínio da Camisola Verde da Volta a Portugal em bicicleta, e que visa a angariação de fundos para apoiar instituições de solidariedade social.

Tal como nos quatro anos anteriores, «Pedalar por uma Causa» acontece em todas as etapas da Volta a Portugal, na Feira da Animação das Chegadas. O local contará com uma estrutura com bicicletas estáticas em que todos podem pedalar e contribuir para ajudar quem mais precisa, sendo que cada quilómetro pedalado

corresponde a cinco euros a serem doados pelo patrocinador da Camisola Verde da Volta.

Depois de Lisboa, Elvas, Castelo Branco, Torre, Viseu, Miranda do Corvo e Maia, será a vez de Braga pedalar por uma causa.

As bicicletas vão estar montadas no stand da Rubis Gás a partir das 14h00 e basta aparecer no local, com muita vontade e energia, para participar e... pedalar.

“No final da competição os quilómetros acumulados nas várias localidades são contabilizados e convertidos em euros, sendo o valor total repartido por três instituições de solidariedade social”, revela Cristina Machado, diretora de Marketing, Projetos e Desenvolvimento de



Negócio da Rubis Gás.

No dia seguinte, «Pedalar por uma Causa» terá lugar em Fafe.

COCARIA – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE RIO MOINHOS, ALJUSTREL

Um milhão de euros para construir ERPI para 18 utentes em pleno Alentejo

A COCARIA – Associação de Solidariedade Social de Rio de Moinhos, concelho de Aljustrel, vai avançar com a construção de uma nova ERPI, num investimento avaliado em mais de um milhão de euros.

O projeto desenvolvido pela instituição do distrito de Beja e é “um sonho antigo” da instituição, como revelou Sandra Silvestre, diretora-técnica da IPSS.

O futuro lar de idosos da COCARIA está avaliada em 1.071.250 euros e conta com um apoio da Segurança Social no valor de 836.600 euros, contratualizado em junho no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0).

A associação celebrou ainda um acordo de cooperação com o município de Aljustrel, que irá compartilhar “metade do valor elegível privado”, avaliado em 236.650 euros.

Segundo a diretora-técnica da COCARIA, após a assinatura do contrato com a Segurança Social, a associação tem 36 meses “para a conclusão do projeto”.

O novo equipamento permitirá a criação de 18 lugares na valência de Estrutura Residencial Para Idosos, através de oito quartos duplos e dois individuais. Atualmente a instituição acolhe 22 utentes em Centro de Dia e ampara 37 através do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).



“Esta ampliação origina obrigatoriamente a reformulação de algumas áreas já existentes, bem como a introdução de novos espaços”, revelou Sandra Silvestre, que explicou ainda que o projeto também prevê “o aproveitamento integral de todo o espaço existente”, “a melhoria das condições laborais para muitos serviços já

existentes” e “a criação de novos postos de trabalho”.

A nova ERPI de Rio de Moinhos irá “colmatar uma falha” sentida diariamente pela COCARIA, já que muitos dos seus utentes “ficam sem apoio” durante a noite, pois o Centro de Dia e o SAD encerram às 19h30 e “são muitos os que não têm apoio familiar por perto”.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Instituição inaugura Sala Infantojuvenil e lança projeto «ALLright(s) – Direitos para tod@s»

O Centro Comunitário de Inserção (CCI), equipamento da Cáritas Diocesana de Coimbra, vai inaugurar um novo espaço, ou seja, a Sala Infantojuvenil. Este novo projeto faz parte integrante da já reconhecida Biblioteca Comunitária CCI e pretende proporcionar aos mais novos um ambiente lúdico e acolhedor, onde possam ler, brincar, conviver e sonhar.

O evento de inauguração, intitulado «CCI a ler e a brincar», realiza-se no próximo dia 12 de agosto. Para além das atividades do programa, estão reservadas algumas surpresas para todos os participantes. O evento é gratuito e destina-se a miúdos e graúdos. Não é necessário formalizar nenhuma inscrição, apenas aparecer no dia para participar no início de mais um desafio, que só faz sentido ser vivido em comunidade.

Por outro lado, a Cáritas de Coimbra já lançou um novo projeto, designado «ALLright(s) – Direitos para tod@s».

O principal objetivo do projeto é sensibilizar e formar crianças e jovens, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, para o conhecimento, compreensão e ativação nas áreas



dos direitos humanos, igualdade de género, diversidade e interculturalidade, ao longo de 19 meses.

Tendo em conta o know-how de outros projetos de intervenção, como o «Triplo D», reconhecido como uma boa prática, em 2021, pela Organização das Nações Unidas, verifica-se a necessidade de promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, ao longo de todo o processo educativo. Para além disso, ainda terá um componente de capacitação

institucional direcionada para os colaboradores da Cáritas Diocesana de Coimbra.

O projeto assenta em quatro componentes: capacitar, construir, conectar e comunicar. A primeira componente engloba a capacitação de profissionais da Cáritas de Coimbra, através de sessões de formação dinamizadas pelos parceiros oficiais do projeto, o European Centre for Women and Technology e a Akto – Democracia e Direitos Humanos. A componente Construir prevê a realização de sessões de sensibilização para crianças e jovens e envolverá os Centros de Atividades de Tempos Livres da Cáritas e o Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova, parceiro oficial do projeto. Serão ainda dinamizados grupos de discussão/ativação de jovens, inseridos na componente Conectar e disseminadas as atividades e temáticas do projeto, através da componente Comunicar.

O projeto é financiado pelo Programa Cidadãos Ativ@s (2018-2024), no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEA Grants, gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Bissaya Barreto.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



GESTÃO
INTENSIVA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
FACILITADOS



RENTABILIZAÇÃO
COLETA



RENTABILIZAÇÃO
PÚBLICA E
CAPTURA DE
RENTOS



VOYAGING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELECTRÓNICA



LIMPEZA



SERVIÇOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SOIS-LS

RUA DR. CARLOS, Nº 12 - 3750-078 CAMARIM
TEL: (+351) 21 400 000 / 214 400 000
FAX: 21 400 000 / 214 200 000
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PSP apresenta dados sobre primeiro semestre de 2022

A PSP sinalizou no primeiro semestre do ano 2.880 vítimas de violência doméstica para o programa de teleassistência e mais de 5.800 crianças à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Segundo os dados revelados em comunicado, nos primeiros seis meses do ano a PSP fez 32.425 contactos periódicos com vítimas de violência doméstica, 7.462 propostas de medidas de coação ao agressor e registou mais de 8.730 reforços de patrulhamento junto do local da ocorrência ou residência da vítima/local de trabalho.

Na nota, a PSP diz ainda que entre janeiro e junho registou 1.733 acompanhamentos de vítimas, quando solicitado, a locais específicos, tendo acompanhado 1.170 vítimas para retirar bens de casa.

Foram ainda sinalizadas 846 vítimas de violência doméstica para estruturas de apoio e registadas 779 diligências para apreensão de armas.

Na mesma nota, a PSP sublinha que

continua empenhada na deteção, tão precoce quanto possível, de práticas de violência doméstica, no reporte às autoridades e na intervenção em defesa das vítimas.

Os dados da PSP indicam que no ano passado foram registadas 10.240 sinalizações de crianças à CPCJ e 5.465 vítimas de violência doméstica foram sinalizadas para o programa de teleassistência.

Foram igualmente promovidos 62.037 contactos periódicos com vítimas, 16.049 reforços do patrulhamento junto do local da ocorrência/residência da vítima/local de trabalho e 13.052 propostas de medidas de coação ao agressor.

Na nota divulgada, a PSP sublinha que continuará a privilegiar a prevenção e proteção das vítimas deste crime, apesar do decréscimo de participações recebidas entre 2019 e 2021 (menos 13,7%), para “sinalizar proativamente” as situações neste contexto e “permitir o adequado acompanhamento pós vitimização e

restabelecimento do sentimento individual de segurança”.

A polícia acrescenta que já está a utilizar a nova versão do auto de notícia/denúncia padrão de violência doméstica, que introduz um campo para registar declarações prestadas pela vítima/denunciante que, se forem confirmadas através de assinatura, servem de auto de inquirição em inquérito, o que permitirá evitar convocar novamente a vítima para confirmar as declarações em sede de inquérito.

Foi ainda removido o campo relativo ao desejo de procedimento criminal da vítima/denunciante, por força da natureza pública do crime.

A PSP lembra que o reporte de situações diretamente nas esquadras ou pelo email violenciadomestica@psp.pt permite de forma simples alertar, solicitar apoio e informar as autoridades, “possibilitando a imediata recolha de informação e (eventual) intervenção tão precoce quanto possível”.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

US UNIDADES DE SAÚDE	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
CP CONTROLO DE PRESENCAS	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)	ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	CNT CONTABILIDADE ESNL
IMO IMOBILIZADO ESNL	LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORD ORDENADOS	ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

US UNIDADES DE SAÚDE	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
CP CONTROLO DE PRESENCAS	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)	ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	CNT CONTABILIDADE ESNL
IMO IMOBILIZADO ESNL	LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORD ORDENADOS	ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

+ de 40 aplicações

Demonstrações
grátis e sem compromisso

+ de 900 clientes

Assistência remota

Garantia de satisfação

Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE [+351] 253 408 326
TELEMÓVEL [+351] 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt



PORTUGAL 2021

Aumentou a população que vive em casas sobrelotadas

A população que vive em casas sobrelotadas em Portugal aumentou em 2021, ultrapassando um milhão, o valor mais alto dos últimos três anos, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE indica que, em 2021, 10,6% das pessoas vivia em condições de insuficiência do espaço habitacional, proporção superior à verificada nos três anos anteriores, em que a taxa de sobrelotação da habitação se situava abaixo dos 10% (9,6% em 2018, 9,5% em 2019 e 9,0% em 2020).

Segundo o INE, mais de um milhão de pessoas (1.096.549) viviam em alojamentos em que o número de divisões habitáveis (= 4 m²) era insuficiente para o número e o perfil demográfico dos membros do agregado, mais 1,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2020.

“A percentagem de pessoas que viviam em condição de sobrelotação aumentou na maioria das regiões do país, exceto na região do Algarve e na Região Autónoma dos Açores (menos 2,5 p.p. e menos 2,8 p.p., respetivamente)”, refere o INE.

Os aumentos mais significativos foram registados nas regiões Norte (mais 2,4 p.p.), Centro (mais 2,1 p.p.) e Área Metropolitana de Lisboa (mais 1,4 p.p.).

À semelhança dos anos anteriores, o risco de viver numa situação de insuficiência do espaço habitacional era mais significativo para a população em risco de pobreza, 18,8%.

“Habitar num alojamento sobrelotado era, em 2021, uma condição que afetava principalmente as famílias em risco de pobreza (18,8%) e as famílias residentes em áreas densamente povoadas (13,2%)”, salienta.

Para o mesmo ano, a taxa de sobrelotação da habitação era mais elevada para os mais jovens (17,5% para o grupo etário até aos 17 anos), diminuindo com o aumento da idade (10,9% para os adultos e 4,4% para os idosos).



Os dados revelam também que 5,9% da população tinha sobrecarga de despesas em habitação em 2021, mais 1,8 p.p. do que em 2020 (4,1%).

Em 2021, a carga mediana das despesas em habitação foi 10,5%, valor ligeiramente superior ao de 2020 (10,4%), mas inferior ao registado em 2018 (11,7%) e em 2019 (11,0%), refere o INE.

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação corresponde à proporção de pessoas que vivem em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%.

Para a população em risco de pobreza, a carga mediana das despesas em habitação foi 22,9% em 2021 (mais 2,3 p.p. do que a percentagem registada em 2020) e mais do dobro do valor registado para a população em geral.

O aumento da taxa de sobrecarga das despesas em habitação foi transversal a todas as regiões NUTS II, com exceção da Região Centro.

“A taxa de sobrecarga das despesas em

habitação, em 2021, não apresentava diferenças expressivas conforme o grau de urbanização da área de residência dos indivíduos, sendo 6,6% nas áreas densamente povoadas, 5,8% nas medianamente povoadas e 4,5% nas pouco povoadas”, indica o INE.

Segundo os resultados definitivos do inquérito, 0,3% da população (0,6% em 2018) e 0,7% da população em risco de pobreza (1,5% em 2018), viviam sem banheira, duche e/ou retrete no interior do alojamento em 2021. “Assim, confirma-se a tendência de melhoria desta condição habitacional em especial no caso da população em risco de pobreza”, sublinha o INE.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento recolhe dados sobre as condições físicas e sanitárias dos alojamentos, além dos relativos à distribuição dos rendimentos, da privação material e social e do estado de saúde.

Em 2021, o inquérito dirigiu-se a 16 478 famílias, das quais 10 973 com resposta completa (com recolha de dados sobre 26 822 pessoas; 23 730 com 16 e mais anos).

EMPREGO INTERIOR MAIS

Programa recebeu mais de mil candidaturas em dois anos

O programa de apoio a trabalhadores que se fixem no interior, em vigor há dois anos, recebeu até hoje 1.114 candidaturas, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Desde a entrada em vigor do programa Emprego Interior MAIS, em julho de 2020, “foram efetuadas 1.114 candidaturas, que abrangem 1.973 pessoas, incluindo agregados familiares”, informou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

O MTSSS especificou que “1.119 pessoas já se deslocaram para o interior”, das quais “50% deslocaram-se para os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Évora”.

Ainda segundo o Ministério, entre as pessoas que se candidataram, 772 pretendem trabalhar por conta de outrem e 342 têm como objetivo criar o seu próprio emprego ou empresa.

Em vigor desde julho de 2020, o programa Emprego Interior MAIS previa apoios para quem

se fixasse no interior, para trabalhar, entre 01 de janeiro de 2020 e o final de 2021.

O programa atribui um apoio de até 4.827 euros para os trabalhadores que se fixarem no interior e uma comparticipação nos gastos associados à mudança.

Em dezembro de 2021, o Governo publicou uma portaria estendendo o programa até final de 2023 e alargando a sua abrangência a quem vive fora de Portugal e a situações de teletrabalho.

O alargamento abrange pessoas em teletrabalho, “ao abrigo de um contrato de teletrabalho entre empregador e trabalhador”, ou emigrantes que tenham saído de Portugal após 31 de dezembro de 2015 e tenham vivido pelo menos um ano no estrangeiro antes de se terem fixado num território do interior.

A portaria alargou igualmente a medida a estrangeiros que vivam fora de Portugal e pretendam mudar-se para o interior do país, prevendo a legislação a possibilidade de contratos de trabalho

celebrados com “entidades que não possuam atividade registada em Portugal continental, desde que cumpram a legislação portuguesa”.

A versão anterior desta legislação definia como destinatários apenas desempregados ou empregados à procura de novo emprego inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Além de passar a contemplar emigrantes e estrangeiros, a portaria alargou o universo aos que estão também inscritos nos serviços de emprego das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e a quem não tem contribuições na Segurança Social (no mês anterior à candidatura, ao da criação do próprio emprego, ao da criação de uma empresa ou da celebração de um contrato de trabalho).

“Esperamos com este incentivo continuar a apoiar e incentivar à mobilidade geográfica de cidadãos para os territórios do interior”, refere o ministério.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

Dois problemas bicudos do atual surto inflacionário

No verso de um célebre soneto, Camões enumerava as causas de uma vida agitada e nem sempre feliz: “erros meus, má fortuna, amor ardente”.

Ocorreu-me este verso quando refletia sobre a gênese do atual ciclo inflacionário. Só não encontro lugar para o “amor ardente” porque, em contrapartida, sobra espaço para a “má fortuna” e para os “erros meus”.

É evidente que neste ciclo inflacionário há uma boa dose de má fortuna. Ninguém podia ter antecipado a pandemia ou a guerra na Ucrânia.

Contudo, tenho para mim, que são sobretudo os “erros meus” que explicam o estado de coisas em que vamos vivendo.

Creio que cometemos dois erros básicos: excessos nas políticas públicas de resposta à pandemia e complacência em relação aos primeiros rebentos do surto inflacionário. Os dois erros resultam de um mesmo fator – não temos (ao contrário do que pensávamos) uma boa teoria sobre a inflação.

Também não ajudou o facto de políticos, administradores das empresas ou os dirigentes sindicais dos nossos dias não terem, em regra, conhecimento direto dos malefícios da inflação.

O nosso atual primeiro ministro tem 61 anos. Tinha 12 na altura do primeiro choque petrolífero e andaria pelo começo da carreira como jurista quando o ciclo começou a esmorecer. A maioria dos dirigentes dos nossos dias terá menos de 60 anos e não tem, portanto, experiência direta dos dramas que um ciclo inflacionário sempre causa.

A verdade é que a geração dos decisores atuais, os que entraram na idade adulta em meados dos anos oitenta, foi poupada à experiência inflacionista.

Os economistas chamam a esse período que, grosseiramente vai de meados dos anos oitenta até à crise de 2008, a “grande moderação”.

Trata-se de um período excepcional, invulgarmente calmo segundo padrões históricos, em que as tensões inflacionistas estiveram controladas e as crises, quando ocorreram, foram, de uma forma geral, curtas e pouco profundas.

A relativa tranquilidade desse período criou a ilusão de que sabíamos as causas e a cura para a inflação, de que tínhamos uma boa teoria para ler o mundo.

Basicamente tratava-se de acreditar que existe um balanço (um trade-off como dizem os economistas) entre desemprego e inflação. Se queremos desemprego baixo temos de tolerar um pouco de inflação, se queremos inflação curta temos de suportar um pouco de desemprego.

O modelo operacional de governo do balanço desemprego/inflação baseou-se em dois pilares, a saber, a prevalência da política monetária e a independência dos bancos centrais.

Prevalência da política monetária e a independência dos bancos centrais podem parecer coisas muito complicadas, mas são, na essência, conceitos muito simples e, na base estão, como sempre, opções políticas.

Convém lembrar que a parição do modelo ocorreu nos anos oitenta e no quadro do ascenso do que vulgarmente se chama (erradamente a meu ver) neoliberalismo.

A ideia base é que os governos só atrapalham, a decisão política nas democracias é lenta e os processos parlamentares são intermináveis.

Os ciclos orçamentais são, por regra anuais, mas a gestão da economia pode obrigar a intervenções tempestivas. Pior ainda, mesmo que as decisões orçamentais fossem rápidas e corretas têm um problema de inércia – por mais adequadas e tempestivas que fossem as medidas, quando finalmente vierem a fazer efeito, a crise já passou.

O que é tempestivo e produz efeitos quase instantaneamente é a política monetária. Subir ou descer taxas de juro, controlar a quantidade de dinheiro que circula ou adequar a criação de crédito disponível, isso sim é tiro e queda.

Restava um problema. Entregar a gestão monetária aos políticos era desperdiçar o poder do instrumento, mais uma vez pela lentidão e pelo contraditório natural do processo de decisão democrática.

A solução que se encontrou foi a independência dos bancos centrais.

Basicamente trata-se de delegar a decisão da política monetária em profissionais, escolhidos pelo poder democrático, é certo, mas que, uma vez nomeados, gozam de total independência nas decisões de política monetária desde que, obviamente, atuem no quadro do mandato que lhes foi outorgado.

Os banqueiros centrais são profissionais cujos mandatos não dependem das próximas eleições, não têm necessidade de ser populares, podem atuar em tempo, dar más notícias, tomar medidas desagradáveis quando necessário, ou seja, tudo o que os políticos não podem fazer.

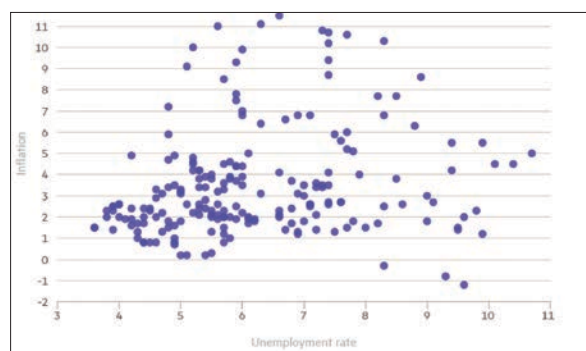
A verdade é que modelo funcionou bem durante trinta anos, ou seja, praticamente toda a idade adulta da atual geração de decisores. Funcionou tão bem que nos habituámos a dá-lo como um adquirido.

E, no entanto, não é assim!

Há muito que sabemos que, por mais lógica que nos pareça a curva de Phillips (é quase intuitiva), a verdade é que não há evidência empírica que a suporte.

O gráfico seguinte (gentileza do FT) mostra em cada ponto azul a leitura de um par de desemprego (eixo horizontal) e inflação (eixo vertical) desde os anos 70.

O que vemos é uma nuvem informe de dados. Se a curva de Phillips funcionasse deveríamos ver uma mancha descendente da esquerda para a direita (inflação alta – desemprego baixo e desemprego alto – inflação baixa)



Claro que podemos sempre dizer que o modelo continua válido e que são outros fatores que estão a “abafar” a sua manifestação.

Talvez! Mas isso lembra-me aquele aforismo de torturar os números até que eles confessem o que nós queremos.

Acredito que é altura de reconhecer que entre os anos oitenta e a crise financeira de 2008 não vivemos a “grande moderação”, mas, porventura, vivemos a “grande ilusão”.

O período de relativa acalmia da “grande moderação” pode, afinal, não se dever nem ao poder da política monetária, nem ao modelo de decisão independente dos banqueiros centrais.

Com jeito, trinta anos de relativa calma explicam-se apenas por um pouco de sorte e por fatores deflacionários que entraram em força na economia global por essa altura, nomeadamente, o ascenso económico da China e outros emergentes capazes de produzir tudo e um par de botas a preços impensáveis pelos padrões ocidentais.

Como economista não me custa reconhecer que aquilo em que acreditámos piamente durante uma geração possa não ter passado de uma ilusão.

Mais, se a ciência tem um grande atractivo, é justamente esse – o carácter transiente de todo o conhecimento. Uma teoria é boa enquanto nos ajuda a perceber o mundo e está de acordo com a evidência empírica disponível. Quando isso não acontece temos de partir em busca de uma teoria melhor.

Jerome Powell, o atual dirigente máximo da Reserva Federal Americana, o mais importante banco central do mundo, disse recentemente em Sintra, no encontro anual de banqueiros centrais promovido pelo BCE, que nos falta uma boa teoria da inflação.

Sábias palavras! Se passámos em pouco tempo do medo da deflação (preços que não crescem) para um surto inflacionista forte (preços que crescem demais) e quase não demos por isso, então é porque não sabemos muito da poda.

Porventura, estamos na atual situação porque pensávamos que sabíamos, não sabíamos que pensávamos!

Talvez a complacência dos dirigentes em relação à inflação se deva a falta de experiência vivida e um modelo teórico errado talvez explique os excessos nas políticas públicas dos últimos anos.

Contudo, o facto de não termos um guia teórico seguro, não absolve os banqueiros centrais dos erros que cometeram nos últimos anos nem pode justificar a inação perante o monstro inflacionário.

O que os banqueiros centrais fizeram mal no passado e o que devem fazer agora são dois temas aliantes a que talvez voltemos no futuro.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓[®]

Marcas Próprias

5.800 

Pontos de entrega

4.800.000 

km / ano

120.000 

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 

Referências alimentares
e não alimentares

8 

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/ CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Fogo que arde sem se ver

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

CERCA DE 50 MIL UCRANIANOS EM PORTUGAL

A maior parte dos que fugiram da guerra quer regressar à Ucrânia logo que possível

A maioria das pessoas que fugiram da guerra na Ucrânia para Portugal tencionam regressar, mas admitem a impossibilidade de voltar para casa tão cedo e procuram soluções mais prolongadas, relata o presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal.

Desde o início da guerra na Ucrânia, em 24 de fevereiro, Portugal já recebeu mais de 48 mil pessoas que fugiram daquele país. Cinco meses depois, e sem um fim à vista para a invasão russa, a intenção da maioria continua a ser voltar para casa.

“As pessoas não acreditam que não vão regressar à Ucrânia”, começou por dizer, em declarações à agência, o presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal (AUP)

Ainda assim, acrescentou Pavlo Sadokha, “já perceberam que, não tendo de ficar em Portugal para sempre, vão ter de ficar durante mais tempo e começaram a procurar soluções para aguentarem esse tempo”.

E com mais ou menos facilidade, essas soluções têm sido encontradas fruto de um trabalho de cooperação entre o Estado, as autarquias e a sociedade civil, até porque a maioria dos casos que chegam ao país “não são tão graves como se possa imaginar”.

Segundo Pavlo Sadokha, uma grande parte das pessoas que procuram refúgio em Portugal já tinha família a viver no país e “vieram sabendo que aqui encontrariam uma solução”. Outras partiram de um contexto económico favorável, algumas até mantiveram o emprego em regime de trabalho remoto e, por isso, não foi difícil estabelecerem-se no país.

O terceiro grupo é o mais vulnerável: o de ucranianos que chegam a Portugal com poucos recursos e sem conhecer ninguém. São sobretudo esses que procuram apoios, desde logo na habitação, como o programa de apoio às rendas Porta de Entrada que não está a chegar a todos.

No entanto, o presidente da AUP diz que são este grupo representa uma minoria dos refugiados ucranianos em Portugal, até porque, “por normal, essas pessoas acabam por ficar em países mais próximos da Ucrânia”.

Num balanço do processo de integração das famílias ucranianas, o presidente da AUP diz que tem corrido bem e mesmo em situações recentes de pessoas que ficaram sem casa - segundas habitações disponibilizadas temporariamente por portugueses que as quiseram livres durante o período do verão - rapidamente foram encontradas alternativas.

“Do nosso trabalho de apoio, não houve mais de 50 casos de pessoas que ficaram sem alojamento, mas encontramos sempre soluções”, explicou.

Ainda assim, e porque preferem preparar-se para a eventualidade de não conseguirem regressar a casa tão cedo, Pavlo Sadokha diz que “os ucranianos estão a tentar não depender de ninguém”.

Oferta de emprego não é um problema, mas segundo o presidente da AUP as propostas não correspondem, muitas vezes, ao nível das qualificações dos ucranianos e ficam aquém das suas expectativas. “Mas eles já têm noção que têm de aguentar e também não tencionam construir a sua carreira aqui”, acrescenta.

Na parte da Educação, Pavlo Sadokha diz que não houve quaisquer problemas e, apesar de se manifestar preocupado com a situação das crianças durante o mês de agosto, altura em que muitas escolas e jardins de

infância estão encerrados, afirma que há já várias iniciativas de ocupação dos tempos livres.

“No geral, aquilo para o qual as pessoas mais nos procuram, em termos de apoio, é a encontrar cursos de língua portuguesa”, referiu, considerando que a esse nível persistem ainda falhas na informação, que gostaria que fosse mais acessível.

Portugal atribuiu até hoje 48.657 proteções temporárias a pessoas que fugiram da guerra na Ucrânia, 29.394 atribuídas a mulheres e 19.263 a homens, dos quais cerca de 27% são menores, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Os municípios com o maior número de proteções temporárias concedidas continuam a ser Lisboa (10.280), Cascais (2.923), Porto (2.296), Sintra (1.663) e Albufeira (1.234).

Portugal atribuiu até hoje mais de 48.000 proteções temporárias a pessoas que fugiram da guerra na Ucrânia, 27% das quais concedidas a menores, anunciou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Os municípios com o maior número de proteções temporárias concedidas continuam a ser Lisboa (10.280), Cascais (2.923), Porto (2.296), Sintra (1.663) e Albufeira (1.234).

O SEF indica também que emitiu 40.766 certificados de concessão de autorização de residência ao abrigo do regime de proteção temporária.

Este certificado, emitido após o Serviço Nacional de Saúde, Segurança Social e Autoridade Tributária terem atribuído os respetivos números, é necessário para os refugiados começarem a trabalhar e acederem a apoios.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL